



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**ESCUTO QUANDO ESTÃO CALADAS: CARTA À  
SEGUNDA ONDA FEMINISTA**

**JULIA DE CUNTO**

RIO DE JANEIRO  
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**ESCUTO QUANDO ESTÃO CALADAS: CARTA À  
SEGUNDA ONDA FEMINISTA**

Monografia submetida à Banca de Graduação  
como requisito para obtenção do diploma de  
Comunicação Social/ Jornalismo.

**JULIA DE CUNTO**

**Orientadora: Profa. Heloisa Buarque de Hollanda**

RIO DE JANEIRO

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Escuto quando estão caladas: carta à segunda onda feminista**, elaborada por Julia De Cunto.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia ...../...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Heloisa Buarque de Hollanda  
Doutora em Literatura Brasileira pela Faculdade de Letras - UFRJ  
Departamento de Letras - UFRJ

Profa. Beatriz Jaguaribe  
Doutora em Literatura Comparada pela Universidade de Stanford  
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Ieda Tucheran  
Doutora em Comunicação Social pela Escola de Comunicação - UFRJ  
Departamento de Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2018

## FICHA CATALOGRÁFICA

DE CUNTO, Julia

Escuto enquanto estão caladas: Carta à segunda onda feminista.  
Rio de Janeiro, 2018.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação  
– ECO. 79 p.

Orientadora: Heloisa Buarque de Hollanda

DE CUNTO, Julia. **Escuto enquanto estão caladas: Carta à segunda onda feminista.** Orientadora: Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

## **RESUMO**

Este trabalho é um impulso literário, partindo da documentação das vozes que marcaram a trajetória do movimento feminista no Brasil. A partir de uma pesquisa historiográfica, procura-se destacar os maiores feitos do feminismo de segunda onda, que ocorreu no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980, com grande foco para atuação no Rio de Janeiro. Como forma de resgatar a memória do movimento com narrativas pessoais, foram trocadas cartas com três representantes do movimento, de maneira a estabelecer um diálogo mais íntimo e afetuoso. Dessa forma, fez-se uma análise teórica do gênero epistolar como um espaço que concilia documentos e narrativas sensíveis. Com essa troca, o projeto busca abrir os espaços discursivos para produzir novas formas de pensar e de enfrentar um passado não elaborado.

## AGRADECIMENTOS

Gosto de dizer que escolhi o jornalismo porque sempre fui muito bisbilhoteira e queria fazer dessa falha de caráter algo rentável e, de certa forma, útil à sociedade. Mas também é verdade que tive uma das mais importantes representantes da categoria logo ali, no quarto ao lado. Era uma jornalista que me acordava para ir à escola, me ajudava com as tarefas de história e português, me buscava na aula algumas horas depois do término, a não ser quando me estatelava em alguma aula de educação física. Dividia seu tempo no trabalho da redação e na tarefa igualmente esgotante de proporcionar uma vida feliz e saudável para mim e para minha irmã. Minha mãe, Adriana, sempre esteve na primeira fila dos acontecimentos do mundo e acabou passando para mim seu encantamento pela profissão. Estou sempre copiando seu jeito de falar, de pensar e andar, na esperança de que algum dia eu seja um décimo do ser humano maravilhoso que ela é.

Outro sujeito importante nessa história é o Sandro, meu pai, que tem uma vasta experiência no campo das realizações de sonhos. Ele, junto com minha mãe, reconhece com orgulho a autoria dessa obra que insiste em sair do roteiro original que é a minha vida. E faz isso com carinho, dedicação e muito traquejo. A ele quero agradecer por apoiar minhas decisões, me ensinar a fazer contas e a dirigir – entre tantas outras coisas que encheriam todas as páginas deste trabalho. Só espero que continue tentando me passar noções básicas de finanças, porque agora que devo me formar, estou precisando mais do que nunca. Ainda bem que sei que posso contar com ele para tudo.

Minha irmã, Duda, é mais nova que eu, mas sempre foi muito mais forte e corajosa. Tenho a mais profunda admiração pela pessoa inteligente e multifacetada que ela está se tornando. Agradeço-a por aguentar minhas *chaturas* e por ceder o controle remoto nos momentos em que tudo o que eu precisava era assistir à Nickelodeon. Tê-la como irmã é ter uma companheira para qualquer montanha-russa.

À Heloisa, que é a revelação da infinita capacidade de generosidade contida na vida humana. Agradeço-a por não policiar meus lampejos de criatividade, mesmo que eles soassem dantescos demais. A verdade é que antes de encontrá-la, eu era um esboço de gente. Ela me ensinou tudo o que eu precisava para me encontrar como jornalista e pesquisadora: a transgressão de planos, a contradição dos conscientes, a pegar a lógica cartesiana e jogar na primeira lixeira que eu encontrar. Você, Helô, protagoniza os

capítulos mais emocionantes da minha vida, que escrevi com palavras desgarradas e de espírito livre, do jeito que você sempre me orientou.

Ao meu companheiro, Gabriel, que – vou utilizar uma expressão que ele gosta – é o amontoado de átomos mais encantador que já conheci. O jeito como ele encara o universo e a existência humana é uma fonte inesgotável de poesia. Atravessar a vida ao seu lado, sabendo que somos parte desse universo em transformação, me alenta. Agradeço pela dedicação e paciência com que sempre lida comigo e, sobretudo, pelas horas de reflexão filosófica que conversamos quase toda noite pelo telefone. Essas conversas são matéria-prima para o enfrentamento do cotidiano.

Quero agradecer ao João Paulo, que me acolheu, me amparou e me aconselhou durante todo o processo. Esteve disponível para todas as minhas angústias e me puxou de alguns buracos bem fundos em que eu acabei me enfiando no meio do caminho. Obrigada pelo café e pela companhia para escrever este trabalho. Ele é um pouco seu também. Sentirei sua falta.

À Pê, que é uma das personagens deste trabalho e o acompanha desde sua idealização. Obrigada pela parceria em todas as etapas e em tantos outros sonhos. Estamos sempre juntas.

À Ana Rosa, que é uma das pessoas mais brilhantes e generosas que eu conheço. Seu entusiasmo e paixão por tudo o que se propõe a fazer me inspira a viver a vida.

À Irene, que colocou minha vida no eixo e revisou esse trabalho com zelo e cuidado. À Clara, que é essa luz ambulante que por onde passa deixa a vida mais quente. Ao Lucas, que me levou à Vila Mimosa pela primeira vez<sup>1</sup> e que sempre foi um grande companheiro. À Carol, pelo olhar sensível e gentil com que retrata a mim e ao mundo. À Manu, que me inspira com seu jeito irreverente e sincero.

À Jade e Juliana, minhas primeiras amigas no Rio de Janeiro e que me ajudaram a fazer dessa cidade mais alegre e feliz.

E, por fim, às minhas destinatárias, Zezé, Branca e Jacqueline, pelas cartas que me escreveram com tanto carinho e dedicação. Graças a vocês, não só este trabalho foi possível, mas também o feminismo de toda minha geração.

---

<sup>1</sup> A ida à Vila Mimosa se refere a uma reportagem jornalística realizada para a disciplina de Jornal Laboratório da Escola de Comunicação da UFRJ, em setembro de 2016.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2. O PASSADO .....</b>	<b>5</b>
2.1 Sufragar é Preciso .....	6
2.2 Bertha Fez!.....	8
2.3 Vocês Chegaram Atrasadas .....	11
2.4 Fogo Cruzado.....	14
2.5 Quem Ama Não Mata .....	17
2.6 Nosso Corpo nos Pertence .....	20
2.7 Há Subrepresentações Maiores que Outras .....	25
2.8 Novos Ares Democráticos .....	26
2.9 À Deriva.....	28
<b>3. O PRESENTE.....</b>	<b>29</b>
3.1 Remetente: Ana C. ....	32
3.2 Malditas Perturbações.....	34
3.3 Em Busca de Si Mesmo e do Outro .....	36
3.4 Me Escreve .....	39
<b>4. O PASSADO EM DIÁLOGO COM O PRESENTE.....</b>	<b>41</b>
4.1 Carta à Segunda Onda Feminista.....	46
4.2 Zezé que Está Sempre a Lembrar .....	50
4.3 Jacqueline que Não Queria Ser Jane.....	52
4.4 Branca que Passou a Ver com os Próprios Olhos.....	58
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>63</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>68</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>72</b>

“Escuto quando elas falam... Escuto quando estão caladas... Tanto as palavras quanto o silêncio são texto para mim.”

(Svetlana Aleksievitch, em *A Guerra não tem rosto de Mulher*)

## 1. INTRODUÇÃO

No último 14 de junho, “la marea verde”<sup>2</sup> inundou as ruas de diversas cidades na Argentina quando a Câmara dos Deputados aprovou a lei autorizando o aborto até a 14<sup>a</sup> semana de gestação, considerando apenas a decisão da mulher. A cor verde identifica a "Campanha Nacional pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito" que teve início em 2005. Neste ano, um manifesto com os dizeres "Educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar, aborto legal para não morrer"<sup>3</sup> foi assinado por mais de 100 mil pessoas e entregue ao Congresso Nacional argentino. Pouco a pouco, espalharam-se os lenços verdes cobrindo os pescoços de mulheres em diversos estados, sinalizando o apoio ao direito da interrupção da gravidez. “[...] essa onda já está se tornando um verdadeiro tsunami”<sup>4</sup>, afirmou o colunista da CNN espanhola, Pedro Brlerger, após a votação ser encerrada com 129 votos favoráveis e 125 contrários. Caso a medida passe pelo crivo do Senado, a Argentina se tornará o 5º país a legalizar a prática sob quaisquer circunstâncias durante o primeiro estágio da gravidez, ao lado de Uruguai, Cuba, Porto Rico e Guiana<sup>5</sup>.

No Brasil, o aborto não parece estar perto de ser legalizado. A lei permite a realização do procedimento quando a gestação oferece risco à mulher, em casos de estupro, incesto e má-formação fetal. Enquanto nesses quatro países a decisão é individual das portadoras do feto, no Brasil ela assume uma dimensão pública na medida em que o Estado deixa de assegurar às mulheres os meios para a escolha. A luta dos grupos e organizações feministas se concentra, ainda, na manutenção das poucas exceções para as quais o procedimento é oferecido, já que em 2015, o Projeto de Lei 5069, de autoria do líder da Câmara, o ex-deputado Eduardo Cunha, propôs complicar o acesso legal ao aborto para mulheres vítimas de abuso sexual, adicionando etapas e condicionantes ao

---

<sup>2</sup> “Maré verde”, em tradução livre.

<sup>3</sup> No original: "Educación sexual para decidir, anticonceptivos para no abortar, aborto legal para no morir".

<sup>4</sup> BRLERGER, Pedro. “El fenómeno de la marea verde em la Argentina”, CNN Español. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2018/06/14/el-fenomeno-de-la-marea-verde-en-argentina/#0> Acesso em: 18/06/2018

<sup>5</sup> No México, o aborto é legalizado apenas na capital, Cidade do México

atendimento, como boletim de ocorrência, algo que muitas vítimas evitam por medo, pudor ou temor de sofrer constrangimentos.

Nos últimos dez anos, o país teve outros dois momentos marcantes em que o tema entrou em pauta no debate público. A mais recente é o caso de Rebeca Mendes, de 31 anos, que, em 2017, foi a primeira brasileira a requerer ao Supremo Tribunal Federal (STF) um aborto legal mesmo sem se enquadrar em uma das três condições que o Código Penal estabelece para autorizar o procedimento. O pedido foi negado pela ministra do STF Rosa Weber, relatora sobre a proposta de legalização do aborto no Brasil, alegando que o Supremo só poderia se posicionar sobre o assunto em termos abstratos e não em termos concretos.

A anterior foi em 2013, durante as manifestações de junho que tomaram as ruas do país, quando eclodiram diversas reivindicações além da pauta inicial da redução da tarifa dos ônibus em São Paulo, reivindicada pelo Movimento Passe Livre (MPL). Entre os representantes dos grupos feministas que entraram em cena, destacou-se a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), que mobilizou ativistas a levar cartazes e gritos em favor da legalização do aborto. As feministas afinaram os discursos ao tema das tarifas, reivindicando um transporte público sensível ao gênero, já que pessoas do sexo feminino frequentemente são vítimas de assédio sexual nesses espaços.

As manifestações foram palco também das mais variadas disputas pelo protagonismo das narrativas, adquirindo um caráter de revolta popular. Em São Paulo, em um ato no dia 20 de junho de 2013, uma bandeira da MMM com os dizeres “Transporte Gratuito, Aborto Livre” foi queimada por dois integrantes do próprio MPL e, segundo relatos, houve bate-boca entre manifestantes e as mulheres foram vítimas de xingamentos e gestos machistas<sup>6</sup>.

Não é de 2013 que os atos pela legalização do aborto geram polêmica e até mesmo um mal-estar entre diversos setores da sociedade, incluindo os de esquerda. A pauta é antiga: uma das principais reivindicações da segunda onda feminista no Brasil, que tomou forma a partir de 1975, com a declaração do Ano Internacional da Mulher pelas Nações Unidas. Em plena ditadura militar, enquanto os movimentos de esquerda se aliaram a

---

<sup>6</sup> VICENTE, Terezinha. “As manifestações pelo viés feminista”, Ciranda Comunicação. Disponível em: [http://www.ciranda.net/As-manifestacoes-pelo-vies?lang=pt\\_br](http://www.ciranda.net/As-manifestacoes-pelo-vies?lang=pt_br) Acesso em: 18/06/2018

setores da Igreja Católica na luta pela anistia, as mulheres gritavam sozinhas em defesa de seus direitos reprodutivos e do planejamento familiar que, muitas vezes, eram encarados como uma desvirtuação da luta principal, contra o regime opressor.

Com a conquista de alguns direitos políticos reivindicados pela primeira onda – representada na figura das sufragistas – entre eles o direito ao voto e a entrada no mercado de trabalho, a manutenção da desigualdade de gênero revelava que a emancipação da mulher não se limitava ao nível jurídico institucional. Assim, a segunda onda feminista no Brasil se propôs a ser um movimento de autonomia e internacionalização, afrontando diretamente o conservadorismo da sociedade, que - em sintonia com a ação religiosa - pregava uma determinada concepção de família em que não havia espaço para questões como aborto, liberdade sexual e direito ao corpo.

Duas gerações depois, a partir de 2015, o novo movimento feminista no Brasil entrou em cena impulsionado pelos movimentos sociais #MeToo, #MeuPrimeiroAssédio e #NemUmaAMenos. Entre as ativistas à frente de grandes expressões políticas e culturais dessa geração, há um desconhecimento sobre as práticas de suas antecessoras, cujo movimento é vítima de um esquecimento histórico, possivelmente em razão de vivermos em uma sociedade que não enfrenta o passado.

Pensando nisso, o presente trabalho se propõe a fazer um resgate histórico da segunda onda feminista no Brasil, partindo de um diálogo através de cartas com três ativistas brasileiras que atuaram intensamente nesse período. Essa abordagem procura fazer uma conexão da história do país com as micro histórias e políticas do cotidiano que viveram essas mulheres, hoje já senhoras entre os seus 60 e 80 anos.

O primeiro capítulo busca apresentar uma breve historiografia da primeira e segunda ondas feministas brasileiras, como forma de lembrar os feitos das mulheres na luta pela igualdade entre os gêneros ao longo de quase cem anos. A pesquisa que se coloca expandida no tempo enfoca os achados mais interessantes, as permanências e mudanças pouco imaginadas, bem como os desafios para lidar com os processos de apagamento histórico.

A ideia é ir além de abordar as memórias sob uma ótica costumeira. O segundo capítulo faz um deslocamento temporal para o presente, relatando o impulso por um redescobrimento do ativismo feminista. A metodologia escolhida para acessar a segunda

etapa desse movimento são as cartas, como uma forma de criar um diálogo afetuoso entre a nova geração e sua antecessora.

Para isso, foi feita uma análise teórica do gênero epistolar utilizando cartas de Ana Cristina Cesar, que expressam uma dicção poética e uma urgência em sua escrita missiva, isto é, uma escrita baseada em correspondências e bilhetes. Outras referências foram as filólogas belgas Vinciane Despret e Isabelle Stengers que escreverem cartas às mulheres “que pensam”, que ocupam lugares na Academia, acomodadas em um espaço cedido pelos homens, utilizando em seu texto o ensaio “Três Guinés” de Virginia Woolf. A análise passou ainda por diversos autores que abordam cartas em suas obras, como Foucault, Barthes, Deleuze e Guattari, mas se ateu aos trabalhos “O gênero epistolar ou o pensamento nômade” de Brigitte Diaz, que afirma a carta como a busca pela compreensão de si mesmo e do outro; e “O Narrador”, de Walter Benjamin, em que a carta pode ser aplicada em o que ele classifica como forma “artesanal” de narrativa.

O terceiro capítulo apresenta a carta escrita pela autora e a resposta de suas destinatárias, as feministas Maria José Lima, Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, atuantes na segunda onda feminista no Brasil. Nele, consta igualmente um breve relatório de como foi conduzida a escolha das mulheres que receberiam as cartas, o processo de escrita e também o processo de correspondência.

Assim, o trabalho procura ressignificar os processos sociais de documentação. Ele se propõe a explorar alguns dos diferentes modos com que as mulheres basearam, contestaram e reformularam as representações de gênero em um período marcado pela opressão e pelo silenciamento, compreendendo sua própria posição dentro da sociedade e da história. A ideia é compartilhar o ativismo que cada uma viveu com suas próprias singularidades.

## 2. O PASSADO

*Ia e Vinha  
E a cada coisa  
perguntava  
Que nome tinha  
Coral, de Sophia de  
Mello Breyner  
Andersen*

Pragmaticamente, ondas são perturbações oscilantes, energia propagada através de um meio. Elas podem ser observadas quando uma pedra é jogada em um lago de águas calmas, ou quando um abalo sísmico libera energia acumulada que se espalha por todas as direções e faz a terra tremer. É belo que os movimentos feministas sejam tratados como ondas. Uma metáfora adequada para as perturbações que as mulheres provocam quando propõem rupturas a profunda calmaria do *status quo*. Tratando-se do feminismo, se a história de algum modo nos serve de guia, a cada vez que construímos novos olhares para observar as lutas políticas, o entendimento sobre nós mesmas e nossos afetos, o lugar que ocupamos neste mundo é sempre ressignificado. Uma maré que leva e traz discursos e posições.

Lembra um pouco a “metáfora dos fluidos”, proposta por Mimi Sheller, professora de sociologia do departamento de Comunicação e Cultura da Universidade de Drexter, Filadélfia. Ela afirma que algumas características dos movimentos sociais podem ser observadas segundo as propriedades dos fluidos, como não ter um ponto claro de partida ou chegada; se mover de acordo com certas temporalidades; e a difusão pela capilarização (SHELLER, 2000).

Já o filósofo francês Gilles Deleuze no livro “Diferença e Repetição” destaca o pensar como um processo conectivo, de choque entre um pensamento e outro, comparando o que faz um nadador ou surfista com uma onda no mar. Ele destaca ainda que a representação a partir do conceito e a percepção da linguagem como ubíqua são o ponto de partida para as inquietações do sujeito.

Aprender a nadar, aprender uma língua estrangeira, significa compor os pontos singulares de seu próprio corpo ou da sua própria língua com os de uma outra figura, de um outro elemento que nos desmembra, que nos leva a penetrar num mundo de problemas até então desconhecidos, inauditos (DELEUZE, 1998, p. 317).

A cartografia do movimento feminista no Brasil segue em consonância com o panorama mundial e pode ser dividida em quatro ondas que, em suas oscilações, têm

abalado ritmicamente os movimentos sociais e o poder público. Ele começa muito antes de seu nome, quando o vocábulo ‘feminismo’ foi dicionarizado pela primeira vez no mundo em 1837. Dez anos antes, em 1827, o Brasil dava um tímido passo no avanço pela equidade de gênero, com o surgimento da primeira legislação relativa à educação de mulheres. A lei, porém, admitia que meninas completassem apenas o Ensino Fundamental.

Dessa pequenez providencial, a educadora norte-rio-grandense Nísia Floresta sacode o Brasil oitocentista quando defende o investimento em educação para as mulheres, contestando a forma limitada como elas eram instruídas, uma educação sempre voltada para a maternidade e o trabalho doméstico.

Por que a ciência nos é inútil? Porque somos excluídas dos cargos públicos; e por que somos excluídas dos cargos públicos? Porque não temos ciência [...] Eu digo mais, não há ciência, nem cargo público no Estado, que as mulheres não sejam naturalmente próprias a preenchê-los tanto quanto os homens (FLORESTA, 1989, p. 52).

Em 1838, Nísia Floresta fundou o Colégio Augusto, uma instituição voltada apenas para a educação feminina. A instituição foi erguida na Rua Direita - a mesma do Paço Imperial - no centro do Rio de Janeiro, na época capital federal. Seu grande diferencial era adotar como prática pedagógica o ensino de disciplinas que, até então, estavam reservadas aos homens. Entre elas, as aulas de latim, francês, italiano e inglês, o estudo da geografia e da História do Brasil, além da prática de educação física.

As inovações não foram bem aceitas pela sociedade imperial, que achava desnecessário meninas aprenderem conteúdos alheios ao universo doméstico. Mesmo assim, cerca de três décadas depois, em 1879, o governo brasileiro abriu instituições de Ensino Superior às mulheres, cujo desejo de obter o diploma enfrentava uma reverberante desaprovação social. Nísia Floresta, que faleceu em 24 de abril de 1885 não viu Rita Lobato Velho Lopes se tornar a primeira mulher a se formar como médica no Brasil, apenas dois anos depois.

## **2.1 Sufragar é Preciso**

Podemos dizer que as águas que levaram à primeira onda feminista no Brasil desembocaram no Rio Grande do Norte. Centrada na reivindicação de direitos políticos, como o de votar e ser elegível, esse movimento ficou conhecido pela figura das

sufragistas. As duas primeiras a pleitear o direito de votar e ser votada eram, assim como Nísia Floresta, potiguares. Muito por influência da educadora, o Estado, ao regular o serviço eleitoral, estabeleceu o fim da distinção de gênero para o exercício do voto em 1927. No mesmo ano, a professora Celina Guimarães, do município de Mossoró, se tornou a primeira mulher, não apenas do Brasil, mas da América Latina, a fazer o alistamento eleitoral.

Nas eleições do ano seguinte, o ineditismo das norte-rio-grandenses as lançou mais uma vez ao centro do debate público, quando Alzira Soriano, aos 32 anos, não só se candidatou à prefeitura do município de Lajes, como foi eleita com 60% dos votos. Reacendido o brio masculino, desta vez os homens resolveram culpar os Estados Unidos. A eleição de Soriano rendeu uma nota no jornal *The New York Times* com o título “Cidade ‘americanizada’ elege a primeira prefeita do Brasil”.

SÃO PAULO, Brasil, 7 de setembro - Uma mulher foi eleita prefeita de uma cidade no interior do estado do Rio Grande do Norte, de acordo com as notícias recebidas hoje, e um jornal publica o fato em sua primeira página com a sugestão sarcástica de que o estado do Rio Grande do Norte corre perigo de se tornar americanizado.<sup>7</sup>

Mesmo reverberando o debate sobre o sufrágio feminino na América Latina, a primeira prefeita eleita do Brasil não terminou seu mandato. Com sete meses de administração, quando eclodiu a Revolução de 1930, Alzira Soriano perdeu o cargo por não concordar com o governo de Getúlio Vargas.

É importante ressaltar que as conquistas das mulheres do Rio Grande do Norte foram resultado das reivindicações pela expansão das fronteiras políticas do sexo feminino feitas pela bióloga paulista Bertha Lutz, uma das vozes mais ressonantes do feminismo no Brasil e no mundo. Além de ter indicado Alzira Soriano como candidata à Prefeitura de Lajes, Bertha se aproximou de Celina Guimarães para exigir o direito ao voto feminino em todo o país.

Bertha foi uma das lideranças feministas mais expressivas na campanha pelo voto das mulheres, e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Todo esse processo reivindicatório, em várias partes do Brasil, incentivou e acirrou as lutas em prol dos direitos. E foi através

---

<sup>7</sup> “**Americanized town elects first female mayor**”, *The New York Times*, 8 de setembro de 1928.

Disponível em

<https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1928/09/08/95608948.html?action=click&contentCollection=Archives&module=ArticleEndCTA&region=ArchiveBody&pgtype=article&pageNumber=9>.

Acesso em 01/06/2018.

dessa luta que Bertha Lutz conheceu Celina Guimarães Viana e elas se tornaram muito amigas. (VAINSENER, 2008)<sup>8</sup>

## 2.2 Bertha Fez!

“Agora temos a faladora Bertha Lutz”, escreveu Lima Barreto na edição de 6 de maio de 1922 da revista *Careta*, afirmando que “as moças do Brasil se fizeram arautos do feminismo burocrático”. Em muitas de suas crônicas, o escritor atacou com veemência o movimento feminista no Brasil, do qual Bertha era uma importante personagem. Ironicamente, as críticas de Barreto acabaram trazendo mais visibilidade à atuação da bióloga e das sufragistas, resultando em reconhecimento público para o movimento (MARQUES, 2008).

Bertha Maria Júlia Lutz já foi rotulada como uma feminista de elite bem comportada (SOUSA; SOMBRIO; LOPES, 2005). Em agosto de 1922, fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) associando-se às mulheres influentes das camadas mais altas da sociedade. Entre elas Maria Eugênia Celso, poeta e filha do jurista Conde de Afonso Celso; Jerônima Mesquita, herdeira do Barão de Mesquita; Ana Amélia Carneiro de Mendonça, esposa de um empresário; Beatriz Pontes de Miranda, casada com um jurista de renome; e a engenheira Carmen Portinho. Poucos meses depois, realizaram o Primeiro Congresso Internacional Feminista, na cidade do Rio de Janeiro, convidando a estadunidense Carrie Chapman Catt, presidente da National Woman's League, entidade que conduziu as negociações políticas que resultaram na conquista do voto para mulheres norte-americanas, em 1918 e 1919.

Bertha aprendera com sua mentora, Carrie Chapman Catt, que o feminismo podia avançar se fosse possível persuadir os homens de que as demandas femininas não constituíam ameaça à ordem social, e, acima de tudo, representavam uma inescapável evolução da civilização. (MARQUES, 2016; p. 22)

Desde a criação da FBPF, foi preciso cerca de uma década de diálogos, alianças políticas e uma propaganda massiva para o sufrágio feminino ser votado no Congresso Nacional. Um dos episódios mais emblemáticos deste processo ocorreu em 1928. Bertha,

---

<sup>8</sup> VAINSENER, Semira Adler. Celina Guimarães Viana. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2008. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em 01/06/2018.

acompanhada da colega Maria Eugênia Celso, sobrevoaram a cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, lançando panfletos da campanha pelo voto das mulheres.

Três anos depois, em 1931, as sufragistas buscaram estabelecer pontes com o governo provisório. Getúlio Vargas, que já dava alguns sinais de apoio à causa feminista, recebeu, no dia 19 de junho, uma comitiva de universitárias no Palácio do Catete e deixou ser fotografado ao lado delas. A capa do jornal *Correio da Manhã* do dia seguinte tinha a foto do presidente rodeado de jovens, as mãos dadas com duas delas. “O que pensa o sr. Vargas sobre o feminismo?”, dizia a manchete.

Getúlio respondeu à pergunta alguns meses depois quando, em, 24 de fevereiro de 1932, publicou o decreto autorizando o voto feminino, sem exceções. A decisão acomodava também as demandas de outros dois grupos apoiadores, os religiosos e os tenentistas, que passaram a ter o direito ao voto a partir da mesma data. Assim, em outubro de 1934, os jornais publicaram fotos ilustrando o ineditismo de tais eleições: mulheres, padres e freiras depositando cédulas eleitorais em urnas (MARQUES, 2016).

“Bertha fez!” foi o mote de sua campanha eleitoral pelo Partido Autonomista do Distrito Federal para a Câmara dos Deputados em 1934. Ela agora tinha o direito de ser votada. O balanço da primeira eleição em que as mulheres puderam votar mostra que as feministas não conseguiram sensibilizar o eleitorado feminino por uma série de razões, mas, especialmente, porque muitas mulheres não compreendiam que o direito ao voto era uma conquista sua também (MARQUES, 2016). Bertha não se elegeu em 1934, mas conquistou a primeira suplência e acabou assumindo o mandato de deputada na Câmara Federal em julho de 1936, com a morte do titular Cândido Pessoa.

Sua atuação parlamentar não poderia ser diferente de suas ações anteriores: foi uma deputada de veras feminista. Propôs mudanças na legislação referente ao trabalho da mulher e do menor, visando, além de igualdade salarial, a licença de três meses para a gestante e a redução da jornada de trabalho, de então 13 horas diárias. Com o regime do Estado Novo implantado em 1937 e o fechamento das casas legislativas, Bertha permaneceu ocupando importantes cargos públicos, entre os quais a chefia do setor de botânica do Museu Nacional.

Entre maio e junho de 1945, participou, como delegada plenipotenciária designada por Getúlio Vargas, da Conferência de São Francisco, EUA, encontro responsável pela redação da Carta das Nações Unidas. O documento foi um dos primeiros

tratados internacionais a mencionar em seu texto a necessidade de igualdade de direitos entre homens e mulheres. Bertha foi a primeira mulher a integrar uma delegação diplomática brasileira nessa qualidade.

Recentemente, as pesquisadoras do Centro para Estudos Internacionais e Diplomacia da Universidade de Londres Elise Dietrichson e Fatima Sator, descortinaram a ideia equivocada de que as mulheres do Norte Global lideraram as reivindicações femininas nesse processo. Analisando documentos e investigando as memórias das pouquíssimas mulheres que estiveram no evento - 3% dos 160 delegados - elas concluíram que foi a insistência de diplomatas latino-americanas lideradas por Bertha Lutz que pautou a inclusão dos direitos das mulheres no Artigo 1º da Carta da ONU (1945)<sup>9</sup>, que prevê como função da organização “promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião”, princípio reforçado outras quatro vezes ao longo do documento. Bem como, a inserção do Artigo 8º: “[...] as Nações Unidas não farão restrições quanto à elegibilidade de homens e mulheres destinados a participar em qualquer caráter e em condições de igualdade em seus órgãos principais e subsidiários”.

As pesquisadoras reforçam ainda que as delegadas norte-americanas e britânicas chegaram a ridicularizá-la durante a Conferência, apelidando Berta de “Lutzwaffe”, em referência à força aérea da Alemanha nazista, Luftwaffe (ONU Brasil, 2016)<sup>10</sup>. De acordo com as memórias de Bertha, as diplomatas estavam “[...] entediadas e irritadas com os longos e repetitivos discursos feministas” (ONU Brasil, 2016) que julgavam ser desnecessários. No entanto, foram justamente esses discursos que garantiram a menção da igualdade de gênero no documento fundador da ONU. Foi a “faladora Bertha Lutz” atacando novamente.

Bertha fez. Compreender a importância da primeira onda é entender que antes dela, metade da população adulta – as mulheres – era completamente excluída das decisões políticas no Brasil. A batalha pelos direitos civis foi estreada pelas sufragistas e retomada incessantemente por gerações, já que a história não cansa de repetir violações

---

<sup>9</sup> Carta da ONU, 1945. Disponível em <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em 01/06/2018

<sup>10</sup> Reportagem publicada no site das Nações Unidas no Brasil em 09/11/2016. Disponível em <https://nacoesunidas.org/exclusivo-diplomata-brasileira-foi-essencial-para-mencao-a-igualdade-de-genero-na-carta-da-onu/>. Acesso em 01/06/2018

às liberdades individuais das mulheres, seu direito de ir e vir, seu direito à vida, à liberdade de expressão, à propriedade e a de dispor do próprio corpo.

Mais tarde, pouco antes de falecer, Bertha participou, ainda como delegada plenipotenciária do Brasil, da I Conferência Internacional da Mulher, promovida pelas Nações Unidas, na cidade do México. O evento aconteceu em 1975, ano inaugural da segunda onda feminista.

### **2.3 Vocês Chegaram Atrasadas**

“Ano Internacional da Mulher? O que é isso? Será um super dia das mães?”<sup>11</sup>. A pergunta é de uma ativista americana ouvida pelo repórter Hugo Estenssoro, da Revista Veja (1975). A matéria com o sugestivo título “As feministas e as mulheres” não parou por aí: “Qual será o próximo ano? O ano internacional do queijo camembert?”, dizia um panfleto de um dos grupos feministas mais ativos da França, o *Petroleuses*<sup>12</sup>. Publicado em 25 de junho de 1975, o texto de Estenssoro trata das percepções quanto ao Ano Internacional da Mulher estabelecido pelas Nações Unidas, bem como sobre a realização da primeira conferência internacional de grande visibilidade para discutir o tema, na semana seguinte, entre os dias 19 de junho e 2 de julho, no México.

Nas décadas de 1960 e 1970, grande parte do mundo foi sacudida por movimentos sociais de diversas correntes. Os Estados Unidos foram palco do que se convencionou chamar de contracultura, um levante em oposição à guerra do Vietnã, além da amplificação do movimento negro, bem como do feminismo. Em 1963, Betty Friedan lançou a obra essencial para o debate disruptivo sobre identidade, o livro “A mística feminina”, apontando as reivindicações das mulheres americanas durante o período pós-guerra, que residiam no poder de decidir sobre seus corpos e seu futuro. Na Europa, em especial na França, maio de 1968 foi emblemático ao vocalizar a insatisfação de grande parte dos jovens, tomados pelos ideais de liberdade e autenticidade da corrente filosófica existencialista, que contestavam os valores tradicionais com impulsos radicais e dissidentes, cujos lemas incluíam: “É proibido proibir; Nem deus nem patrão; Um homem não é burro ou inteligente, é livre ou não é” (BAKEWELL, 2016, p. 29). É importante ressaltar que, cerca de duas décadas antes, em 1949, Simone de Beauvoir publicou na

---

<sup>11</sup> “As feministas e as mulheres”. Veja, n. 355, jun. 1975, p. 65

<sup>12</sup> Idem.

França o tratado feminista “O Segundo Sexo”, um livro essencialmente existencialista, já que, a partir dele, as mulheres ressignificaram suas vidas em busca de suas liberdades individuais.

A obra existencialista mais transformadora de todas foi *O segundo sexo* [...] Trata-se de uma análise das experiências e escolhas de vida das mulheres, bem como de toda história da sociedade patriarcal, encorajando as mulheres a se conscientizarem, a questionarem as ideias e rotinas adquiridas e a tomarem em mãos sua própria existência. (BAKEWELL, 2016, p. 29, grifo no original)

Enquanto a Europa vivia nos anos 1960 a emergência de movimentos políticos e culturais, a América Latina observava uma década da Revolução Cubana que, acendida à esperança de um mundo menos desigual, também criou um terreno de instabilidade para levou a instauração de regimes autoritários nos países da região (SOIHET, 2012). Em 1964, o Brasil inaugurou o período mais brutal de sua história recente. O regime militar abriu lacunas impreenchíveis na memória do país, marcadas pela repressão a tudo e todos que se opusessem ao governo vigente.

Mesmo parecendo que tudo o que ocupava a militância era a luta pela Democracia, outros debates que atacavam a ordem estabelecida também ganharam espaço entre os movimentos sociais, como a igualdade de gênero. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, foi um dos poucos espaços de discussão política que sobreviveram ao regime ditatorial. Em 30 de junho até 07 de julho de 1975, a Associação realizou a “Semana de pesquisa sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira”, um divisor de águas para o irrompimento inequívoco da segunda onda feminista no Brasil.

O evento, apoiado pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC-Rio), estava entre as comemorações da organização para o ano internacional da mulher. Para a abertura, foi convidada a escritora, psicanalista e jornalista Carmen da Silva, notável por introduzir questões problematizadoras em relação à desigualdade de gênero em sua coluna “A arte de ser mulher”, na Revista *Claudia*, que circulou de 1963 a 1985. “Mulheróloga” segundo alcunha dada pelo escritor Stanislaw Ponte Preta (PASSOS, 2012), Carmen foi a “protofeminista” brasileira. Em uma publicação nacional de grande circulação, Carmen levou debates sobre o trabalho feminino, aborto, maternidade e infidelidade às donas de casa de classe média, público-alvo da revista, tornando-se assim, a precursora da segunda onda feminista do Brasil.

Na edição de março de 1975, Carmen escreve sobre a decisão da ONU de instituir o Ano Internacional da Mulher:

Que significa essa ação sem precedentes [a instituição do Ano Internacional da Mulher]?

Significa o reconhecimento a nível oficial das desigualdades, injustiças e limitações, clamorosas ou sutis que ainda pesam sobre a condição feminina em nossos dias. Significa admitir, por fim, que a existência de uma imensa legião de “cidadãs de segunda classe”, discriminadas, marginalizadas do processo social ou mal integradas nele, constitui um fator a mais de desequilíbrio e tensão que tem de ser paliativo antes que possa estalar em consequências mais graves. (SILVA, 1975, p. 85)

É importante ressaltar que em 1963, quando assumiu a coluna na Revista Claudia, “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir ainda não havia sido publicado no Brasil, o que aconteceu apenas em 1968; enquanto a “Mística Feminina”, de Betty Friedan, chegaria em 1971 (SILVA, 1975, p. 85). Carmen era uma voz única e dissonante do feminismo no Brasil.

Carmen da Silva bem disse na tarde em que recebeu as organizadoras do Seminário da ABI.

- Vocês chegaram atrasadas.
- Mas não havíamos marcado às 16?
- Não me refiro à hora do encontro e, sim, ao movimento feminista! (PORTO, 2015)

Em seu discurso na abertura do evento na ABI, a escritora foi categórica ao afirmar que a população feminina do Brasil é alienada, dizendo que “a mulher brasileira deixa muito a desejar quanto à consciência de si mesma e à consciência de liberdade”, como relatado em uma reportagem do jornal O Globo, de 1º de julho de 1975<sup>13</sup>.

Despertada a conscientização sobre as questões da mulher em 1975, a Semana da ABI buscou tomar fôlego e recuperar os anos de inércia do movimento de mulheres no Brasil. As discussões foram tão estimulantes que, ao final do evento, desejando que o convívio ultrapassasse o auditório da ABI, a escritora Ingrid Stein ofereceu sua casa para a continuação dos debates. Desse ato, surgiram os grupos de autoconsciência e de estudos tematizados que levaram à criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), considerado a primeira organização feminista do Brasil. Localizado em uma sala alugada no Rio de Janeiro, o CMB tinha como objetivo o “estudo, a reflexão, pesquisa e análise” das

<sup>13</sup> “Carmen da Silva na ABI: - Brasileira é alienada”, Jornal O Globo, 01/07/1975. Disponível em <http://carmendasilva.com.br/site/php/content.php?id=36&idc=399>. Acesso em 01/06/2018.

questões femininas (PEDRO, 2006). A organização pretendia ainda criar ações comunitárias para tratar os problemas da mulher a nível local. “O que elas pretendiam era ‘combater a alienação da mulher em todas as camadas sociais, para que ela possa exercer o seu papel insubstituível e até agora não assumido no processo de desenvolvimento’” (PINTO, 2003, apud PEDRO, 2006, p. 252)<sup>14</sup>. Em outubro do mesmo ano, em São Paulo, o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, deu origem ao Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), que passou a atuar em paralelo ao CMB carioca.

Acompanhando a tendência iniciada pelos movimentos americano e europeu, foram criadas uma série de grupos que funcionava de maneira espontânea paralelamente ao órgão de personalidade jurídica, que coordenava e incentivava a atuação desses grupos (SOIHET, 2012). No Rio de Janeiro, muitos deles foram organizados de acordo com as afinidades temáticas das integrantes, entre eles “Mulher e Cinema”, “Mulher e Trabalho” e “Mulher e Direito”. Houve ainda um grupo de mulheres que desejava começar as discussões “do nada”, e assim foi criado “O Grupo do Nada”, que era, na verdade, um trabalho de autoconscientização, sobre a percepção de ser mulher e romper suas opressões pessoais. Utilizando como pano de fundo o livro “Educar para submissão”, de Elena Giannini Belotti, as reuniões consistiam em um processo em que “as mulheres recuperavam a palavra em termos absolutamente pessoais, autênticos, anti-retóricos e anticonformistas, refletindo sobre a sua história particular [...]” (LIMA, 1985, p. 6)

Assim, tomou forma a segunda onda feminista. A partir da construção coletiva de um entendimento sobre si mesmas e sobre seu papel na sociedade, as mulheres expuseram de maneira franca as potências que fizeram deste um movimento autônomo e revigorante, ainda como forma de enfrentamento da realidade sombria que o país vivia. Porém, não era consenso nos diferentes movimentos sociais a defesa da luta pela igualdade de gênero. Foram colocadas em evidência as narrativas conflitivas que marcaram as décadas seguintes.

## 2.4 Fogo Cruzado

Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto

---

<sup>14</sup> PEDRO, Joana Maria. **Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)**. Revista Brasileira de História, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882006000200011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011) Acesso em 01/06/2018.

perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês, e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação antifeminina. A imagem feminismo *versus* feminimo repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes. A autodenominação feminista implicava, já nos anos 1970, a convicção de que os problemas específicos da mulher não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio (SARTI, 2001, p. 40)

Com o cerco dos partidos políticos, as mulheres saíram às ruas clamando “contra a carestia”, acusando a ausência de serviços públicos como creche e atendimento médico de qualidade, e exigindo o fim da violência doméstica, reivindicações essas que já eram feitas desde 1900. (BLAY; AVELAR, 2017). As feministas eram apoiadas pelas parcelas progressistas da Igreja Católica desde que não tocassem nos assuntos sobre aborto e sexualidade, temas inconvenientes até hoje aos debates cristãos (BLAY; AVELAR, 2017). Além de travar esta batalha no contexto de um Estado autoritário, estas mulheres engajadas precisaram enfrentar o ambiente sectário das próprias organizações de esquerda - das quais frequentemente eram membros - que consideravam a opressão da mulher uma questão secundária.

Como pensar um feminismo autônomo desvinculado da ideia de partido de vanguarda? Como entender a necessidade específica das mulheres se a contradição principal era “capital/trabalho”? Dilemas que enfrentava naquele momento e que serviram exatamente para aprofundar meu compromisso com o feminismo autônomo. Dilemas que também eram vivenciados por muitas outras mulheres militantes nos grupos feministas ou vivenciados dentro dos seus partidos. (COSTA, 2009)<sup>15</sup>

As mobilizações pela anistia aos presos políticos tiveram grande contribuição de mulheres, com destaque para o Movimento Feminino pela Anistia criado em 1975 pela ex-presa política Therezinha Zerbini durante a Primeira Conferência Internacional da Mulher organizada pela ONU, no México. Também ligado ao Movimento Feminino pela Anistia, o primeiro jornal feminista do Brasil foi lançado em Londrina, no Paraná. O “Brasil Mulher”, criado por Joana Lopes, contribuiu para a constituição de uma imprensa alternativa feminista, seguido pela criação de outros periódicos como o “Nós Mulheres”, em 1976 e o “Mulherio”, em 1981, ambos em São Paulo.

---

<sup>15</sup> COSTA, Ana Alice Alcântara. **O feminismo brasileiro em tempos de ditadura militar**. Labrys Estudos Feministas, 2009. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/analice.htm>. Acesso em 01/06/2018.

O enfrentamento à ditadura militar é um dos fatos mais marcantes da historiografia feminista no Brasil. No livro “Mulheres, ditaduras e memórias - ‘Não imagine que precise ser triste para ser militante’” (2013), a pesquisadora Susel Oliveira da Rosa trata da experiência histórica de um movimento que transpõe liberdades individuais e coletivas. Ela relata ainda como as questões da mulher estavam em desarmonia com um “modelo universal de militância”, no qual a identidade política feminina estava sujeita a masculinização.

Embora não seja consenso nos relatos das militantes que participavam das organizações de luta contra a ditadura, muitas delas diziam que, ao adentrarem no espaço público, compondo a arena da luta política, as mulheres tiveram que adequar-se ao modelo masculino do militante, com base na divisão dimórfica do mundo. (ROSA, 2013, p. 43)

As mulheres atravessaram à sua própria maneira os espaços do ativismo e repressão na ditadura militar. Na guerrilha era esperado delas um comportamento fálico, negando qualquer forma de sensibilidade e até mesmo a sexualidade (ROSA, 2013, p. 43). Quando clandestinas, enfrentaram o silêncio e a invisibilidade: “transformar seu corpo em máquina de guerra passou pela experiência da clandestinidade” (ROSA, 2013, p. 49). Enquanto a feminilidade era desconsiderada pelos companheiros da militância, nos porões, face a face com a tortura, o gênero era um impulsionador da repressão. As mulheres eram submetidas à nudez, a exposições vexatórias, agressões verbais e psicológicas e ao estupro. Segundo a autora, “[...] desde o momento de prisão até o horror das salas de torturas, estavam nas mãos de agentes masculinos fiéis às performances de gênero, que utilizavam a diferença como uma forma a mais para atingir as mulheres.” (ROSA, 2013, p. 59).

Ao transitar nesses territórios de luta, elas acabavam por moldar até mesmo os espaços institucionais onde atuavam. O Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro, passou a ser um espaço de dupla militância, em uma tentativa de conciliar ações contra a repressão do governo militar e ser um lugar seguro para práticas feministas. Porém, muitas narrativas conflitivas passaram a tomar conta das atividades do Centro, a partir do interesse de muitas integrantes nas especificidades e na incorporação de novas tendências do movimento feminista mundial, enquanto outras defendiam que a principal pauta da organização seria o confronto direto com o regime ditatorial. Isso começa com a não inclusão do feminismo no nome do CMB, já que consideravam que a palavra pudesse descredibilizar seu alcance institucional.

Além de todas essas críticas, formuladas pelas próprias colegas de feminismo, as mulheres envolvidas em grupos de reflexão enfrentavam o forte preconceito então existente na sociedade brasileira contra o feminismo. Esse preconceito também atingia as militantes que atuavam nos Centros da Mulher, na elaboração de periódicos e nas reuniões com mulheres de bairros populares. Não foram poucas as vezes que as feministas se viram constrangidas a afirmar que não eram “contra os homens”. Muitas ativistas também achavam importante deixar claro que não eram lésbicas (epíteto frequentemente atribuído às feministas na época). Além disso, embora no interior dos periódicos que publicavam com suas ideias a identificação com o feminismo estivesse expressa em palavras, os títulos referiam-se à mulher ou às mulheres, e não ao feminismo. A ausência de referências explícitas ao feminismo é significativa. De fato, o antifeminismo era muito forte na sociedade brasileira dos anos 1970 e 1980. (PEDRO, 2012, p. 249)

A partir dessas discordâncias, um grupo de mulheres deixou o CMB em 1979 para fundar, no mesmo ano, o Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro. A nova organização reunia mulheres que buscavam uma convivência com políticas feministas dissociadas de ações partidárias ou da dupla militância. O Coletivo passou a se engajar com grupos nacionais e internacionais, o *Nosotras* - grupo de mulheres latino-americanas em Paris, organizado por Danda Prado, que mantinha contato com integrantes do Coletivo. Ele também deu início a uma série de publicações tanto na imprensa alternativa quanto na tradicional, colocando o feminismo em pauta nos debates políticos, além de promover diversas manifestações nas ruas e participar de eventos.

Em suma, o feminismo que eclodiu durante a ditadura militar não era meramente uma prática oposicionista. Com a bandeira “pessoal é político”, diversos grupos de mulheres se articularam com associações de moradores, clubes de mães, advogando por creches, reconhecimento do trabalho doméstico, realizando demandas ligadas à saúde da mulher, bem como sua sexualidade (COSTA, 2009).

## **2.5 Quem Ama Não Mata**

A abordagem contra a violência de gênero foi um eixo definidor de diversas ações que reverberam até a contemporaneidade. “Quem ama não mata” foi um slogan famoso no final dos anos 1970 que ambicionava conscientizar a população sobre feminicídio (tratado como “crime passional” na época). A frase serviu de nome também para uma minissérie em 20 capítulos, ao ar em 1982 na Rede Globo. Os protagonistas Alice (Marília Pêra) e Jorge (Cláudio Marzo), casados há oito anos, veem seu casamento entrar em crise

quando não conseguem ter um filho. Ao longo do tempo, o marido vai se tornando uma pessoa violenta, até que a esposa resolve deixá-lo. Ele a proíbe de sair, tranca as portas e é fisicamente violento, em uma cena que, pelos cortes, segure um estupro e, então, a mata com quatro tiros de revólver. Segundo o diretor Daniel Filho, as diversas histórias paralelas que compõem a trama são inspiradas em fatos reais que mobilizaram a opinião pública na época.

O título também era uma alusão às pichações que aparecem nos muros de Belo Horizonte no início da década de 1980 em resposta ao julgamento de Doca Street, acusado de assassinar a socialite Ângela Diniz, próximo do réveillon em 1977, um crime que chocou a população e instigou o debate sobre violência contra mulher no país. Ângela cujo rosto, considerado um dos mais belos do país, foi desfigurado aos 32 anos também com quatro balas de revólver.

“Essa personagem que oscilou entre a crônica social e a crônica policial”, escreveu Otto Lara Resende no texto “O voo atropelado”, perfil que publicou sobre a mineira em 25 de janeiro de 1977 (RESENDE, 2017). De maneira simultaneamente categórica e sensível, o autor interpretou a morte de Ângela e apontou sua morte precoce: “[...] é preciso, sim, acabar com esse mandamento do machismo brasileiro, o crime passional” (RESENDE, 2017, p. 124).

Entre tantas coisas que deve ter querido, quem sabe Ângela quis ser a amada tangível; nascida num momento em que se arrebatavam por todo lado, e também em Minas, as velhas costuras do mundo, rebelde à secular submissão feminina, quem sabe quisesse virar pelo avesso a equação - comandar o homem-objeto, passar à iniciativa, libertar-se de todas as velhas cadeias. É possível que ela fosse desde sempre uma vítima, antes mesmo de ser prostrada pelos tiros brutais e indesculpáveis que a mataram.  
(RESENDE, 2017 p. 125)

Em 2006, trinta anos após o crime, Doca Street revelou à jornalista Eliane Brum que as últimas palavras de Ângela foram “Se quiser ficar comigo vai ter de me dividir com homens e mulheres” (BRUM, 2006)<sup>16</sup>. A mídia à época tratou a jovem como um assunto polêmico, uma mulher “lasciva”, de “amores anormais”, a ponto de Carlos Drummond de Andrade, em sua sensatez, dizer “aquela moça continua sendo assassinada todos os dias e de diferentes maneiras” (DRUMMOND apud BRUM, 2006).

---

<sup>16</sup> BRUM, Eliane. “Não matei por amor”. Revista Época, 2006. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR75229-6014,00.html>. Acesso em 01/06/2018.

No primeiro de dois julgamentos, em 1980, o assassino, que nunca negou o crime, foi aclamado por boa parte da população, revelando as camadas sombrias de uma sociedade que encarava a morte de uma mulher como merecida caso motivada pelo desrespeito a honra de um homem.

No primeiro júri popular, ao ser defendido pelo renomado criminalista Evandro Lins e Silva, Doca foi condenado a dois anos com sursis, em nome da legítima defesa da honra. No lado de fora do tribunal, em Cabo Frio, homens e mulheres gritavam seu apoio ao exemplar de macho brasileiro que havia vingado não apenas os bríos masculinos, mas algo muito mais caro: a moral e os bons costumes da classe média, abalada com a liberação sexual em curso. (BRUM, 2006)

O segundo julgamento foi diferente, já que o movimento feminista havia entrado em cena. Um ano depois, uma onda de assassinatos de mulheres por seus cônjuges transformou o “honroso” em “algoz” e a sentença de Street foi anulada. Após o veredito de 15 anos de cadeia, uma multidão de mulheres o esperava com vaias e cartazes em uma clara demonstração de que a legítima defesa em torno da honra começava a ruir.

Mesmo com o despertar da preocupação social com a violência de gênero, encontravam-se nos espaços midiáticos opiniões que expunham verdadeiro desprezo quando o assunto era a vida e a integridade física da mulher.

A violência contra as mulheres é um caso exemplar das ambivalências que constituem um jornal. Se as diferentes agressões contra as mulheres começavam a ser entendidas como um problema público por meio das notícias, nos artigos de opinião circulavam os sentidos mais arraigados de posse e dominação masculina. É o caso de um texto de Tarso de Castro, que comentando a forma como a televisão tratava os casos de violência, ironizava: “Podíamos lançar também outra campanha. Ela teria como “slogan” o seguinte: “já matou sua feminista hoje?” (...)” (SARMENTO, 2017, p. 27)

Em resposta a violência epidêmica que atingia as mulheres, os coletivos feministas atuavam para construir serviços que não eram oferecidos pelo Estado. Em São Paulo, foi criado o SOS-Mulher, primeira experiência de ações protetivas, recebendo denúncias e promovendo atos públicos. Destaca-se igualmente, no Rio de Janeiro, um serviço telefônico chamado “Informações das mulheres para as mulheres”, que informava diariamente os principais acontecimentos e eventos do movimento dentro e fora do Brasil. Criado em 1981 por Danda Prado, cujo número de telefone oferecido era o de sua própria residência, o 274-0905, o serviço também recebia ligações com pedidos de socorro de mulheres que eram ameaçadas ou sofriam agressões em seus ambientes domésticos. Elas

ouviam e transcreviam cada ligação, inclusive os inúmeros ataques de homens contra o movimento, e monitoravam os casos de ameaça, telefonando diariamente para essas mulheres. Iniciativas como essa, feitas por grupos autônomos e que disponibilizavam boa parte do seu tempo para realizar um trabalho não remunerado, deram origem a políticas protetivas como a Delegacia da Mulher, criada em 1985 e, bem mais tarde, em 2005, a Central de Atendimento à Mulher - Disque 180.

É importante lembrar que a ditadura não permitia às mulheres nem a chance de se defender, já que estava em vigor a proibição de praticar lutas ou qualquer esporte que expressasse a virilidade masculina. Em uma deliberação de 2 de agosto de 1965, o Conselho Nacional de Desportos proibiu às mulheres “a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, rugby, halterofilismo e baseball” (FARIA JUNIOR, 1995, p. 23) Tal proibição só veio a ser revogada em 1981.

Em São Paulo, uma iniciativa autônoma de grupos feministas realizou um júri simulado em defesa dos direitos trabalhistas da mulher. O Tribunal Bertha Lutz empenhava-se em julgar as discriminações feita por empregadores, incluindo casos como de “mulheres proibidas de ir ao banheiro mais de duas vezes ao dia no seu trabalho” (Folha de S. Paulo *apud* SARMENTO, 2017, p. 127)<sup>17</sup>.

No auge da repressão política, as mulheres investiram em uma potência política para defender sua autonomia e individualidade. Lançando-se em um caminho perigoso, enfrentaram um Estado e uma militância que fechavam os olhos para as questões que dizem respeito aos direitos das mulheres. Em seus atos de inquietude e coragem, elas tinham um compromisso consigo e com a Democracia.

## **2.6 Nosso Corpo nos Pertence**

Muitas religiões encaram o corpo da mulher, quando habitado pelo livre arbítrio, um território de subversões. A questão do aborto no Brasil ultrapassa a decisão da sobrevivência de um embrião e está muito mais atrelada ao poder das mulheres para decidir sobre os rumos de seus corpos e de suas vidas. Ao negar o pretense destino de ser mãe, uma mulher provoca estruturas muito profundas em uma sociedade patriarcal, pautada por valores bíblicos e também pela hereditariedade da propriedade privada.

---

<sup>17</sup> Tribunal analisará situação da mulher, Folha de S. Paulo, 07/03/1982, Especial, p. 18.

Desfazer o lugar do corpo (anatomia) como destino, desconstruir a heteronomia em que estiveram (e continuam) mergulhados os corpos femininos são os fundamentos de uma concepção renovada de cidadania, que incorpora as vivências da sexualidade e da reprodução e, por esse caminho, abre campo para que seja superado o “desposseimento de si” experimentado pelas mulheres nessas duas esferas (ÁVILA; CORRÊA, 1999, p. 177)

Desde a década de 1980, com a redemocratização do Brasil, a Igreja Católica e o movimento feminista deixaram de atuar contra o inimigo comum, o regime militar, e o aborto passou a ser uma pauta definitiva das mulheres. O argumento apontava que o aborto é uma questão de saúde pública, cuja criminalização leva ao aumento de práticas clandestinas para findar a gravidez indesejada.

A imprensa alternativa feminista desempenhou um importante papel na conscientização sobre os direitos reprodutivos das mulheres e também para a ampliação da luta antiproibicionista brasileira. Como exemplo, o jornal *Brasil Mulher* publicou textos como “No Brasil, o aborto é proibido. Mas acontece”<sup>18</sup> e “Aborto: um direito de toda mulher”<sup>19</sup> além de uma série de artigos sobre sexualidade, reprodução e métodos contraceptivos, intitulada “Nosso corpo”, em 1978 (PEDRO; WOITOWICZ, 2009).

Em 1979, a série “Malu Mulher”, da Rede Globo, suscitou reações de choque e indignação quando exibiu um episódio sobre os problemas das práticas abortivas clandestinas, em uma narrativa claramente favorável à legalização. Em um dos diálogos, a protagonista Malu (Regina Duarte) conversa com um médico sobre as complicações de um aborto clandestino que sua amiga fez.

Médico: Não foi por falta de aviso. Essas clínicas, se é que se pode chamar de clínicas, são espertos, um bando de irresponsáveis.

Malu: Mas o que é você pode fazer? Enquanto não for legalizado, as infelizes das mulheres estão nas mãos deles, mesmo. Todo mundo condena, diz que é crime, diz que é pecado, mas, na hora, todo mundo fecha os olhos porque um dia pode precisar. Isso chama-se hipocrisia.

Médico: O chamado mal necessário.

Malu: Mas, então, se é necessário, se é uma coisa inevitável, por que não legalizar? Por que não tornar menos sórdido, mais civilizado? Ah!<sup>20</sup>

<sup>18</sup> Editorial, *Brasil Mulher*, ano 3, n. 13, jul.1978, p. 3)

<sup>19</sup> Editorial, *Brasil Mulher*, ano. 5, n. 9, mar. 1980, p. 4)

<sup>20</sup> ALMEIDA, Heloísa Buarque. **Trocando em miúdos: gênero e sexualidade na TV a partir *Malu Mulher***. Revista brasileira de Ciências Sociais, vol. 27, nº 79. São Paulo, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092012000200008#nt35](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000200008#nt35). Acesso em 01/06/2018

Lançada a polêmica, as opiniões que circularam na imprensa, em sua maioria, reprovaram veementemente o episódio, como o colunista Artur Távola que, antes elogiando a série, disse que deveria haver algum erro e que tal diálogo não passaria de “um proselitismo do aborto legal”<sup>21</sup>. A Folha de S. Paulo publicou a carta de uma leitora que se dizia indignada com a série, afirmando que era uma “propaganda do aborto” contra o “Ano Internacional da Criança”.<sup>22</sup> Tamanho foi o choque que o diretor Daniel Filho negou a um jornalista do jornal O Globo que Malu era a favor da legalização do aborto e que não era essa sua intenção<sup>23</sup>.

No ano seguinte, a mobilização das mulheres foi ainda mais intensa quando em 8 de janeiro de 1980, Márcia Landes Dantas, de 18 anos, e Maria da Conceição Machado de Brito, de 23 anos, foram presas em flagrante enquanto sofriam uma intervenção cirúrgica para abortar em uma clínica clandestina no bairro de Jacarepaguá, Zona Oeste carioca. Cerca de 40 mulheres do movimento feminista protestaram no Centro da cidade em solidariedade às jovens.

Esse foi apenas o começo de uma série de mobilizações dos grupos em defesa dos direitos reprodutivos da mulher no Brasil, que usavam como slogan “Nosso corpo nos pertence”. Os coletivos de mulheres se posicionavam em diversos debates e encontros, como “O aborto em debate”, promovido pelo Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, em 1980, onde apresentaram o texto “Quando seremos nós a decidir” (1980), ao lado de representantes da Igreja Católica e da Secretaria de Saúde do Estado. Outra publicação importante foi o “Sexo (finalmente) explícito”, que passou a circular em junho de 1983, após o I Encontro Nacional de Mulheres sobre Saúde, Concepção e Aborto, realizado em abril do mesmo ano. Na capa, o “Manifesto sobre planejamento familiar e aborto no Brasil” expunha o fato de que as mulheres não eram ouvidas ou consultadas sobre seus próprios direitos.

Porém um fato é verdadeiro: tanto a política antinatalista quanto a natalista têm, historicamente, usado o corpo da mulher considerando-o como um patrimônio social acima de seus direitos e de sua individualidade. Todas elas manipulam nossa sexualidade, nosso órgão genital, nossa função reprodutora, alienando-nos de modo profundo de nosso próprio corpo.<sup>24</sup>

---

<sup>21</sup> “**Marulanda, Marulandinha**”, Folha de S. Paulo, 19/6/1979.

<sup>22</sup> “**‘Malu Mulher’ provoca polêmica**”, Folha de S. Paulo, 17/06/1979

<sup>23</sup> “**‘Malu Mulher’ em debate**”, O Globo, 19/7/1979

<sup>24</sup> “O Sexo (finalmente) explícito, nº 00 – Junho de 1983, p. 1.

A luta feminista descortinou a correlação assimétrica da vida de uma mulher e da vida de um feto, pautados pela imposição masculina de controlar o poder de decisão do sexo oposto. Seja na ditadura militar ou durante a redemocratização, o aborto seguiu como um assunto mal resolvido, majoritariamente ignorado pelo poder público.

Ainda sobre o direito ao corpo e o exercício pleno da sexualidade, a segunda onda foi marcada também pelo feminismo radical, que se destacava pela militância das lésbicas, que realizavam uma crítica ao sistema patriarcal e às formas diretas e indiretas do poder falocrático.

A partir das décadas de 1970 e 1980, questões da opressão da sexualidade se cruzaram com a opressão da mulher. No cenário internacional, multiplicaram-se as análises teóricas especificamente lésbicas, a partir do aprofundamento das reflexões feministas. A escritora norte-americana Adrienne Rich cunhou a heterossexualidade compulsória como forma de invisibilizar mulheres, inclusive dentro do movimento feminista. Além dela, a francesa radicada nos Estados Unidos Monique Wittig afirma a atuação política de um regime heterossexual paralelo ao patriarcal, que ela chama de “pensamento straight” (ALMEIDA; HEILBORN, 2008).

Lésbicas e feministas se encontram e desencontram ao longo das múltiplas estratégias políticas, mas é na efervescência dos movimentos feministas dos anos 1970 que o debate irá se acirrar. As questões identitárias de certa forma eram motivos de embates: as feministas procuravam afirmar as mulheres como sujeitos políticos, e as lésbicas partilhavam ou não a identificação com o feminismo, construído, afinal, como o do “outro” humano.<sup>25</sup>

No Brasil, em busca por autonomia e visibilidade, as lésbicas elaboraram suas próprias estratégias políticas para o reconhecimento de suas pautas. Uma iniciativa importante foi quando 25 lésbicas se uniram e publicaram no jornal *Lampão da Esquina*, a primeira publicação homossexual do Brasil, um texto para a 12ª edição, que trazia na capa o título “Amor entre mulheres”, discutindo abertamente pautas como lesbofobia, sexualidade e repressão ditatorial.

Nós estamos atrasadas porque existimos, mas sempre abdicamos de existir. Existimos nos cochichos, nos bochichos, em algum barzinho,

---

<sup>25</sup> LESSA, Patrícia. **Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do Boletim Chanacomchana**. Revista *Gênero*, v. 8, n. 2. Niterói, 2012. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/187/125>. Acessado em 01/06/2018.

em algumas boates, n'alguma cama com algum corpo, nas fantasias e sonhações que, na maioria das vezes, arquivamos desde sempre. Nós estamos atrasadas porque temos medo, receio, cagaço mesmo de viver o que somos. Porque não construímos o espaço do nosso viver. Porque vivemos na clandestinidade. (...) A repressão perpassa todas as esferas do nosso existir. O fato de sermos mulheres homossexuais duplica a repressão. Além de mulher, ser homossexual é muito, né? Quer ver muito mais? Mulher, negra, homossexual. Quer ver mais? Nós estamos atrasadas porque os valores garantidos pelos esquemas repressivos têm conseguido um desempenho eficaz. (Jornal Lampião da Esquina apud OLIVEIRA, 2017, p. 10)

O primeiro grupo de lésbicas do país foi o GALF, Grupo de Ação Lésbico-Feminista, criado em 1981. A iniciativa surgiu na verdade de uma cisão dentro do grupo homossexual SOMOS, em que algumas mulheres consideravam “divisionismo” a separação de gays e lésbicas em subgrupos para tratar de demandas específicas de cada categoria (LESSA, 2008). O GALF publicou um boletim chamado “Chanacomchana”, uma publicação ativista que buscava reapropriar as falas das mulheres lésbicas, em um esforço para tornar suas pautas visíveis. Dialogando com suas leitoras, elas escreviam afirmando que “o boletim fala das nossas vidas claramente, sem vergonha ou medo e até com muito orgulho” (Boletim Chanacomchana apud OLIVEIRA, 2017, p. 12).

Um dos episódios mais emblemáticos de repressão às mulheres lésbicas durante a ditadura militar aconteceu em São Paulo, em 15 de novembro de 1980. Comandada pelo delegado José Wilson Richetti a ‘Operação Sapatão’, invadiu bares frequentados por lésbicas na Rua Martinho Prado (OLIVEIRA, 2017). Nessa batida, 200 mulheres foram presas e pagaram fiança para serem liberadas.

As 200 lésbicas presas tiveram que pagar para serem liberadas. Segundo a Comissão da Verdade (2014), foi um arrastão de extorsão e corrupção mascarado por uma ideologia de perspectiva homofóbica, que relacionava a homossexualidade às esquerdas e à subversão. (OLIVEIRA, 2017 p. 17)

Ao longo da história, as mulheres lésbicas protagonizaram uma luta potente pela liberdade sexual da mulher brasileira. Com base nas reivindicações feministas que elas afirmaram também seu próprio movimento, em busca de visibilidade social. Ao lutar para que suas pautas não fossem barradas ou limitadas nos espaços de discussão dentro da luta feminista, elas propuseram uma transformação na vida de tantas outras mulheres, abrindo espaço para um feminismo mais plural.

## 2.7 Há Subrepresentações Maiores que Outras

O movimento de mulheres negras no Brasil esteve sempre acompanhado de uma crítica ao feminismo enquanto teoria e prática. Na segunda onda feminista este grupo esteve subrepresentado. Temas sociais expostos pelas mulheres negras eram considerados subversivos durante a ditadura, uma vez que contradiziam a imagem de um país moderno e estável que os militares construíam sobre o Brasil (RIOS, 2017).

A antropóloga Lélia Gonzalez, no texto “Por um feminismo afro-latino-americano” (1988) expõe com franqueza o não-reconhecimento da desigualdade racial nos movimentos de mulheres das décadas de 1970 e 1980, sobretudo na América Latina. Ela reflete que a luta da comunidade negra impulsionou outras minorias representativas a reconhecerem suas opressões.

Cabe aqui um dado importante da nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região - assim como para as ameríndias - a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. [...] A experiência histórica da escravização negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, fossem crianças, adultos ou velhos. E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de liberação. [...] Por isso, nossa presença nos ME [Movimentos de Esquerda] é bastante visível; aí nós amefricanas e ameríndias temos participação ativa e em muitos casos somos protagonistas. Mas é exatamente essa participação que nos leva a consciência da discriminação sexual. Nossos companheiros de movimentos reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tratam de excluir-nos dos espaços de decisão do movimento. E é justamente por essa razão que buscamos o MM [Movimentos de Mulheres], a teoria e a prática feministas, acreditando aí encontrar uma solidariedade tão importante como a racial: a irmandade. (GONZALEZ, 2011, p. 18)

Luiza Bairros, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do governo Dilma Rousseff e coordenadora do Movimento Negro Unificado (MNU), afirmou que o pioneirismo de Lélia como intelectual negra advém de ter transitado entre a academia e a militância, do centro da intelectualidade às margens da luta e representatividade política, administrando com maestria uma retórica contundente sobre a situação das mulheres negras no Brasil (BAIRROS, 1999).

Outra importante liderança desse movimento foi a filósofa e teatróloga Thereza Santos que atuou na resistência à ditadura militar e, quando exilada, nos movimentos pró-independência de países africanos. Cultura e política eram elementos indissociáveis na sua atuação seja como atriz, professora, filósofa ou guerrilheira. Trabalhando de perto

com Sueli Carneiro, Thereza desenvolveu pesquisas importantes demonstrando as disparidades do grau de escolaridade de mulheres negras, bem como sua inserção no mercado de trabalho, tópicos não abordados nos espaços feministas hegemônicos.

Sueli Carneiro foi outro nome que contribuiu para reelaboração dos discursos e práticas feministas com um olhar mais atento às desigualdades dentro do próprio movimento. Em seu artigo “Mulheres em Movimento” afirmou a importância de “enegrecer o movimento”, levando as mulheres negras e indígenas ao centro das práticas e reconhecendo a necessidade de um recorte de raça.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (CARNEIRO, 2003)<sup>26</sup>

Sueli fundou, em 1988, o Geledés - Instituto da Mulher Negra, a primeira organização feminista negra de São Paulo. Com ele, nasceu a voz coletiva de uma classe ancestralmente oprimida, desempenhando um potente trabalho na difusão da luta pela igualdade no Brasil nos meios de comunicação há trinta anos.

Um dos momentos mais emblemáticos do movimento das mulheres negras no Brasil aconteceu durante o 3º Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, que ocorreu em Bertioga, São Paulo, em 1985. Nesse evento, ativistas negras apresentaram suas demandas relativas à luta contra a violência doméstica, ao combate a práticas racistas no mercado de trabalho e assuntos relativos à saúde, como mortalidade materna e saúde reprodutiva e sexual das mulheres negras.

Data deste período, o início da convergência entre gênero e raça e o diagnóstico da invisibilização e marginalização das narrativas das mulheres negras até então.

## **2.8 Novos Ares Democráticos**

Com o fim da ditadura militar, os grupos feministas passaram por um momento de grandes articulações para incluírem suas pautas no âmbito constitucional. Pensando

---

<sup>26</sup> CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Estudos Avançados. São Paulo, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008). Acesso em 01/06/2018

nisso, foi elaborada a “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”, apresentando as principais reivindicações do movimento, entre elas o reconhecimento da igualdade entre gêneros, dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e o combate à violência doméstica.

A Constituição de 1988 assegurou direitos importantes para o avanço do movimento ao longo dos anos que seguiram. Entre eles estão a igualdade entre homens e mulheres em geral (artigo 5º, I) e especificamente no âmbito da família (artigo 226, § 5º); o reconhecimento da união estável como entidade familiar (artigo 226, § 3º); a proibição da discriminação no mercado de trabalho por motivo de sexo ou estado civil (artigo 7º, XXX); proteção especial da mulher no mercado de trabalho mediante incentivos específicos (artigo 7º, XX); planejamento familiar como uma livre decisão do casal, devendo o Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito (artigo 226, § 7º); o dever do Estado de coibir a violência no âmbito das relações familiares (artigo 226, § 8º).<sup>27</sup>

O interesse em uma sociedade mais justa e igualitária, sem discriminação de gênero, parece ser colocado apenas como uma pauta feminina, colocando as mulheres em confronto com todas as representações políticas. Como exemplo, em 1989, durante a campanha para a primeira eleição presidencial direta desde 1964, a TV Manchete realizou um debate reunindo os presidenciáveis - todos homens -, entre eles Luis Ignácio Lula da Silva (PT), Mário Covas (PSDB), Leonel Brizola (PDT), Ronaldo Caiado (PSD), Roberto Freire (PCB), entre outros (o único faltante foi Fernando Collor, que posteriormente venceu a disputa contra Lula no segundo turno) com três representantes do movimento feministas, entre elas Jacqueline Pitanguy, ex-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e as jornalistas Sônia Pompeu e Marilena Chicarelli, esta como mediadora. O título da matéria veiculada na Revista Manchete na mesma semana colocava mulheres pautando seus direitos como oposição àqueles que buscavam representar os interesses da República. “Mulheres Vs. Presidenciáveis - Os candidatos ao planalto enfrentam, na Rede Manchete, o eleitorado feminino”.

A reportagem repetidamente abordou os elogios que a figura feminina parece sempre querer atrair em um ambiente masculino: “Mais do que elogios dos

---

<sup>27</sup> BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 01/06/2018

presidenciáveis, elas arrancaram compromissos concretos com a questão da mulher [...]”; e também “[...] as feministas buscaram, mais que elogios, a certeza de que o próximo ocupante do Palácio do Planalto vai garantir a participação das mulheres na decisão no governo que lhes afetem”.<sup>28</sup>

## 2.9 À Deriva

Entre as ondas, as mulheres estão sempre à deriva no mar da história. Confrontadas com golpes, ditaduras ou mesmo o avanço do conservadorismo em tempos de Democracia, lutar pelo feminismo parece atravessar o bem e o mal. A própria imagem de uma onda remonta a sua conflituosa relação com o mar. Após a ditadura militar, a possibilidade de leitura dos fatos ficou condicionada ao esquecimento histórico. Na memória coletiva, o passado é permanentemente reconstruído e vivificado enquanto é ressignificado. A memória nacional coletiva pode ter um caráter opressor e uniformizador, e ao não oportunizar outras falas e outros olhares sobre os acontecimentos, pode se configurar como uma estratégia de imposição de uma visão única sobre os fatos (POLLAK, 1989).

O feminismo também é vítima de um passado não elaborado. Há uma certa falta de sintonia entre as gerações. O movimento feminista que reverbera hoje no cenário brasileiro, tem muito o que aprender com suas antecessoras. A segunda onda marcou o surgimento de uma prática feminista no país. A partir desse movimento, gerações de mulheres passaram a se identificar como feministas.

Identidade e memória estão presas a essa simbiose de que uma constrói, elabora e dá sentido à outra. Assim, as experiências das mulheres moldam o que se entende por uma identidade feminista hoje. O entendimento de nós mesmas como mulheres passa pela lembrança do que tantas outras passaram e isso é dimensionado também pela maneira como a sociedade decodifica essas memórias. Identidade e memória são intrínsecas. É preciso recordar para existir.

---

<sup>28</sup> “Mulheres Vs. Presidenciáveis”, Revista Manchete, Ano. 24, n. 28, set. 1989, p. 39

### 3. O PRESENTE

*Vamos fazer uma coisa:  
 escreva cartas doces e azedas  
 Abre a boca, deusa  
 Aquela solenidade destransando leve  
 Linhas cruzando: as mulheres gostam  
 de provocação*

*Duas Antigas (I), de Ana Cristina Cesar*

Revisitar os feitos da segunda onda feminista no Brasil é revelar histórias de mulheres que escolheram seus caminhos desconstruindo fronteiras com coragem e autonomia — mais coragem do que um destino certo. Meu caminho foi escolhido entre as poças da Rua das Laranjeiras, debaixo da chuva intensa que caiu durante todo o dia 8 de março de 2018. Dirigia-me a um evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, no Restaurante Luigi's, localizado no número 10 da rua Senador Corrêa, em Laranjeiras. Aproximadamente às sete da noite, a rua estava mais vazia do que o habitual, provavelmente por conta do temporal. Havia uma sensação de insegurança, já que na noite anterior, dois homens em uma moto haviam disparado 30 tiros matando duas pessoas na Praça São Salvador, a poucos metros dali. Não caminhava sozinha, fui acompanhada por Pê Moreira, amiga da faculdade e companheira da iniciação científica. Estávamos ali a pedido de nossa orientadora, Heloisa Buarque de Hollanda, que disse nos tratar de um evento importante para a pesquisa sobre o movimento feminista das décadas de 1970 e 1980 no Brasil. A conversa seria liderada pela enfermeira e ativista Maria José Lima, a economista Hildete Pereira Mello e a socióloga e artista Cynthia Dorneles.

Naquele dia, eu havia acabado de entregar dois capítulos do novo livro que Heloisa organizou sobre a nova onda feminista brasileira, que tomou forma a partir de 2015. Estava afiada em relação às mais recentes manifestações políticas, científicas e culturais das mulheres no país, mas sabia pouquíssimo sobre os movimentos de nossas antecessoras. Ansiosas por tirar o atraso, chegamos adiantadas, nos posicionando em uma mesa próxima ao espaço reservado às palestrantes, no segundo andar do restaurante. A fome era figurativa e literal. Acabei pedindo um ravióli recheado de ricota e espinafre com um molho de tomate caseiro e uma cerveja, enquanto a Pê, que é vegana, pediu uma porção de batatas fritas e um suco de uva. Lembro de estar com tanta fome que, ao chegar o prato, nem esperei esfriar, garfei tão rapidamente que acabei queimando a língua.

O debate começou às 19:30h sem Hildete, que teve um problema de saúde e não pode comparecer. A mediação foi realizada por uma das sócias do restaurante, Verônica Dobal, que se mostrou bastante animada pela forte adesão ao evento: cerca de 40 pessoas, a maioria mulheres com mais de 50 anos, ocupavam todas as mesas reservadas para a ocasião. Ela introduziu a fala de Maria José dizendo que quando eram jovens, durante os anos 1970, a ativista era chamada de “maridinho”, porque usava calças compridas. A enfermeira, na abertura de seu discurso, disse estar surpresa pelo fato de, a despeito de numerosas menções na mídia, “há um certo desconhecimento do feminismo” (LIMA, 08/03/2018)<sup>29</sup> e continuou: “tenho a impressão de que essa nova onda sabe muito pouco sobre a essência do movimento” (LIMA, 08/03/2018). Ao dizer isso, imediatamente olhou para nós. Eu e Pê éramos as mais jovens presentes e eu sentia os olhares de todos os lados sempre que a “juventude” era mencionada, quase todas as vezes como desinformada, para meu sentimento de inadequação.

O evento seguiu de maneira divertida e casual. Maria José contou sobre sua participação na “Semana sobre o papel da mulher brasileira”, na ABI, em 1975, além de seu encontro com a escritora Carmen da Silva, a influência da ativista exilada Danda Prado para sua identificação com o feminismo radical e, sobretudo, reservou um bom tempo para contar sobre sua atuação nos grupos de autoconsciência, em que participou mais ativamente do “Grupo do Nada”. Ela fez relatos encantadores de como, durante as reuniões do grupo, as mulheres deixavam à mão agulhas e linhas de crochê, além de quitutes e livros de receitas como disfarce para o caso de uma batida do DOPS - Departamento de Ordem Política e Social. Ela explicou ainda que a existência de bolsos nas roupas das mulheres foi uma reivindicação feminista, porque a elas era negada a possibilidade de guardar bilhetes de amor, cigarros, ou qualquer item que expusesse suas transgressões.

Cynthia, por sua vez, leu um texto que escreveu para a ocasião, narrando sua participação na “Gang Arte Pornô”, concebida entre 1980 e 1982 no Rio de Janeiro, um grupo de jovens artistas que realizava performances que combinavam nudez com poesia e música. Sua ação mais emblemática no coletivo foi uma invasão repentina em uma tarde de fevereiro de 1981 ao Posto 9 em Ipanema, que ficou conhecida como “topless

---

<sup>29</sup> Com autorização das palestrantes, a autora realizou uma gravação da íntegra do evento do dia 08/03/2018, no Restaurante Luigi's, em Laranjeiras, Rio de Janeiro. Quando não identificada outra fonte, todas as citações deste capítulo se referem ao conteúdo do evento.

literário”. Os integrantes do grupo ficaram completamente pelados ao redor dos banhistas e recitaram poesias e músicas de cunho político e contestatório da moralidade defendida pelo regime militar. A artista afirmou que hoje, sob novas formas de repressão, é necessário um esforço para retomar a autoconscientização das mulheres sobre seu papel na sociedade, como já foi feito pelos grupos feministas nos anos 1970 e 1980, buscando atingir aquelas que ela chama de “amigas do silêncio”, mulheres cujas liberdades individuais estão mais diretamente nas mãos de figuras masculinas, como maridos, companheiros, pais ou patrões, e que acatam mais docilmente as ordens destes homens.

O debate foi tão envolvente que, ao final, fomos surpreendidas pela proposta da mediadora de que eu e Pê, como representantes da nova geração feminista, contássemos um pouco sobre como viemos parar ali e o que achávamos das colocações propostas pelas palestrantes. Aceitei falar primeiro, tomada por um certo pânico de dizer qualquer coisa a essas mulheres que já tinham vivido de tudo, enquanto eu acabava de descobrir que os bolsos das minhas calças deveriam ser celebrados como uma conquista da luta pela igualdade de gênero. Apresentei-me como pude, explicando meu envolvimento com a pesquisa de Heloisa. Tratei de logo avisar que, depois de estudar o feminismo que eclodiu em minha geração, descobri-me a mais completa ignorante sobre a história do movimento que tanto me identifico, envergonhada e tão nervosa que mal conseguia respirar, chegando sem fôlego ao fim de cada frase. Pê, depois de mim, falando com uma segurança invejável, explicou nosso desejo de retomar essa história e a ideia que nossa orientadora tinha de escrever um novo livro sobre isso.

Foi um sucesso e, involuntariamente, seduzimos muitas leitoras para um livro que acabara de ir a prelo e para outro que não estava nem em gestação. Ao nos despedirmos, Maria José, que pediu para ser chamada de Zezé, contou que se alegrou muito com nossa presença, revelando com orgulho que foi ela mesma que havia enviado o convite do evento à Heloisa, sua conhecida de ativismo. Fomos embora e, ao contrário do caminho de ida, nos atemos muito mais aos nossos pensamentos, permanecendo em um silêncio animado, esse que aparece quando a adrenalina cede o lugar ao cansaço. Tínhamos agora um mundo de descobertas à nossa frente.

Alguns dias depois, um e-mail encaminhado por Heloisa nos arrebatou completamente.

Helô,

Eu tenho um acervo de documentos sobre as práticas feministas desde

1975 que está a sua disposição. Eu estou com 82 anos e me preocupa o que será feito desse material quando eu morrer.  
Fiquei feliz por você demonstrar interesse para salvar nossa História.  
Abraços,  
Zezé (LIMA, 2018)

A partir desse momento, senti uma urgência de me reconciliar com o passado, um impulso por contar uma história que não existe. Se hoje reivindicamos o feminismo para explicar nossa posição no mundo, como pudemos deixar passar uma parte tão importante da nossa história?

### **3.1 Remetente: Ana C.**

De gerações profundamente distantes, meu desafio residia em encontrar uma maneira para acessar o passado. Acreditando na potência do relato pessoal e na memória, como capacidade de sensibilizar e, ao mesmo tempo, de dar concretude a experiência histórica, encontrei na carta a melhor forma de retomar a memória de maneira afetuosa.

A correspondência traduz metáforas que vestem muito bem o meu desejo. A carta precede a ausência de alguém para ser escrita (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006) e o silêncio é a tônica da segunda onda feminista. As mulheres que o viveram, como Zezé, transpõem em seus relatos a angústia de uma memória inaudível, ausente.

Cartas se aproximam, de certa forma, de uma representação da linguagem, marcada pela espontaneidade, pela naturalidade, permitindo até mesmo ser permeada pela poesia. Segundo Bazerman (2005), a linguagem simples, muitas vezes com marcas de oralidade, não deve colocar a carta como um gênero de menor calibre, já que é uma representação das relações sociais, das interações da vida cotidiana e da emersão de um sentimentalismo.

O exercício de uma dicção poética é encontrado nas cartas trocadas pela escritora Ana Cristina Cesar, cuja maioria está publicada no livro “Correspondência incompleta” (2016). Para a poeta marginal, cartas e biografias são mais arrepiantes do que a literatura (CESAR, 2016). Esse sentimento provavelmente se dá porque, nesse gênero, as fronteiras entre literatura e documentação não estão muito bem delimitadas. São linhas contundentes que além de atestar fatos, abrem espaço para uma escrita confessional. Podem ser relatos íntimos que inauguram olhares sobre as coisas, dão forma a sensações causadas por pessoas, lugares e épocas e têm esse caráter revelador de descobertas. A força da correspondência tem um efeito que permanece indefinidamente em quem a lê.

Escrever cartas é mais misterioso do que se pensa. Na prática da correspondência pessoal, supostamente fictícia, nem lugar para fingimentos literários, nem para o domínio imperioso das palavras. Diante do papel fino da carta, seríamos nós mesmos, com toda a possível sinceridade verbal: o eu da carta corresponderia, por princípio, ao eu verdadeiro: à espera de correspondente réplica. No entanto, quem se debruçar com mais atenção sobre essa prática perceberá suas tortuosidades. A limpidez da sinceridade nos engana, como engana a superfície tranquila do eu. (CESAR, 1993)

Segundo Camargo (2000), as cartas são uma “mescla de textos migratórios, que passam de um registro a outro, de um lugar a outro” (p.270). Ana Cristina Cesar alterna o tempo todo entre ficção e realidade em suas correspondências e diários, os limites rasurados entre um discurso intimista e confessional e uma vontade de exteriorização.

Deve ser estranho pra você receber cartas minhas tão flutuantes. Na minha cabeça parece que em cada carta transmito uma coisa diferente. Essa instabilidade intensa também é real, é cotidiana. Essa solidão que eu falo não é fato novo: ficou foi evidente, privado, inescapável. Antes era escamoteado, público, irremediável. Acho que eu tenho curiosidade de saber se todas as minhas coisas são públicas assim. Até que ponto todo mundo percebe. Cecília? Cecília? Já estou meio tonta de falar sem interlocutor mas completamente com interlocutor. É por isso que repito, pra evidenciar esses fatos todos: CECÍLIA!! (CESAR, 2016, p. 102)

Em seu texto “Jornal Íntimo”, publicado no livro “A teus pés”, há uma hibridização dos gêneros: apresentado como um poema, ele transita entre uma carta e um diário. O texto tem um destinatário (“À Clara”) e contém descrições em desordem cronológica. Nele, há uma insinuação: “Binder diz que o diário é um artifício, que não sou sincera porque desejo secretamente que o leiam” (CESAR, 1998a, p. 109). Essa travessia da exposição de si mesmo e do outro vai além de uma mera explicação de um embate entre ser ou não ser ficção, inclusive porque há dificuldade em posicionar a linha que delimita a vida da autora e sua obra. Segundo Pietrani (2008), há também “[...] a elaboração estilística que produz uma contaminação vida-arte cuja força se encontra na simultaneidade, não na alternância” (p. 5). Ana Cristina Cesar parece ser tão consciente dessa simultaneidade que até mesmo sugeriu à amiga Ana Candida Perez que publicasse suas cartas como um texto ficcional, desde que os personagens fossem aperfeiçoados (PIETRANI, 2008).

Ainda que as cartas e os diários – segundo o tradicional conceito atribuído a esse gênero – possam figurar nos tipos de textos que mais se aproximam da literatura como documento experimental biográfico e histórico, eles apontam-nos, por isso mesmo, uma concepção de escrita

em que se pode discutir a questão intrincada entre o eu e o outro, em que este “outro” pode ser aqui compreendido não só como o interlocutor empírico ou imaginário, como também a emoção narrada ou poetizada que se encaminha para um “outro” espaço, o do ficcional. (PIETRANI, 2008, p. 1)

Seguindo o rastro de Ana Cristina, a carta que escrevo, envio para um “outro”, muito além do seu destinatário. Trata-se de uma carta endereçada às mulheres representantes da segunda onda feminista, como personificação do movimento. Não para ser lida em voz alta com pompa e, após algumas décadas, servir ao deleite da posteridade e, sim, como uma forma de abrir os espaços discursivos e um esforço para impedir que a história não caia no esquecimento.

### **3.2 Malditas Perturbações**

O lugar de fala é um discurso habitado. Esse espaço tornou-se talismânico para os movimentos feministas, sobretudo na esfera literária. A ressonância dessa afirmação reside em, fundamentalmente, ceder espaço para novos discursos, para que se produzam outros pensamentos e modos de fala.

Que tipos de discurso são privilegiados e como isso está ligado à questão de quem fala e por quê? O livro “Women Who Make a Fuss” (2015), escrito pelas filósofas belgas Isabelle Stengers e Vinciane Despret aborda através de cartas a mesma questão, mas de uma perspectiva mais explicitamente acadêmica. Elas perguntam a outras filósofas e cientistas: “O que as mulheres estão fazendo com o pensamento?”, colocando em cheque a posição das mulheres na Academia. Sua indagação reside em como o funcionamento da universidade no contexto das forças econômicas pode determinar que tipos de ideias são produzidas e como essas determinações podem ser resistidas.

Ao ingressar nesses espaços, Stengers e Despret compartilhavam o que chamam de direito “amnésico” ao seu lugar, como mulheres, dentro da universidade. Isto é, uma percepção limitada e esquecimento histórico do acesso à universidade pelo gênero feminino, e a construção do conhecimento que essa minoria desempenhou ao longo dos anos. Mas diante do fortalecimento de pensamentos mais conservadores na sociedade europeia, elas afirmam estar preocupadas com a possibilidade de que liberdade que elas experimentaram possa não estar disponível para as gerações futuras.

As filósofas sugerem que a maneira como as mulheres devem enfrentar essa crise está justamente no que vem fazendo com maestria desde os primórdios de sua organização

política: ‘confusão’ (*fussiness*). Elas tomam como ponto de partida o livro-ensaio de Virginia Woolf, “Three Guineas”, que elas descrevem como “uma obra de resistência no limite do desespero”. “Três Guinéas”, em tradução livre, foi escrito em 1939 como uma resposta a uma carta recebida por Woolf, pedindo-lhe para assinar um manifesto para se comprometer a “proteger a cultura e a liberdade intelectual” das universidades europeias frente ao nazi-fascismo. Woolf recusou-se a assinar o manifesto, como Stengers e Despret explicam, e em vez disso propôs, “às suas irmãs que elas não se comprometam ao lado de seus pais e irmãos”(p. 9) Woolf então fez uma distinção entre o modo como homens e mulheres se encontram para produzir conhecimento, dizendo que “as filhas de homens educados sempre fizeram seu pensamento de mãos dadas; não sob lâmpadas verdes nas mesas de estudo [...]”(p. 16).

Stengers e Despret argumentam que Woolf se colocou em oposição à instrumentalização da “liberdade cultural e intelectual” ao atravessar um conflito de “bem contra o mal” que representava a resistência antifascista. As belgas defendem que o comportamento da escritora inglesa seja retomado pelas mulheres, de modo a criarem uma confusão (*make a fuss*), afirmando que um conflito produtivo pode gerar um progresso incremental.

Radicalizando a sugestão de Woolf, as filósofas compartilham um factóide como forma de ilustrar - em termos um tanto quanto austeros - como fazer barulho pode ser eficaz de uma maneira que se alinhar ao lado estabelecido não pode.

No dia 24 de janeiro de 1887, Georgette Thomas, de 25 anos, e seu marido, Sylvain Henri, de 30 anos, foram guilhotinados em uma praça pública de Romorantin, uma comuna francesa de 45 km<sup>2</sup>, a 160 km ao sul de Paris. O motivo foi o assassinato de Marie Lebon, mãe de Georgette, em julho do ano anterior. O casal, que suspeitava que Lebon era uma bruxa, atirou a senhora de 62 anos na lareira de sua casa. Um grande número de repórteres viajou até a cidade para cobrir o raro caso da execução de uma mulher.

Enquanto o marido caminhou solenemente ao inexorável destino de morrer, Georgette se recusou a aceitar o castigo com tal dignidade - por mais justificável e inevitável que fosse. Irrompeu em lágrimas, gritos e súplicas, retirando até mesmo as roupas para distrair os executores de seus deveres. O carrasco chefe, Louis Deibler, escandalizado com a situação, escreveu ao Presidente da República pedindo que fosse

concedida clemência automática às mulheres, já que elas não têm aquela coragem que, ao que parece, dá o ar de grandeza aos homens que sobem no cadafalso. Foi assim que as mulheres na França foram salvas da pena de morte, porque foram incapazes de se comportar com honra graciosa, e, em vez disso, lutaram freneticamente e histericamente até o fim.

A provocação das autoras consiste em, mesmo que seja desconfortável se alinhar com a frenética assassina da mãe, ainda assim vale a pena considerar: qual é o valor de andar sobriamente e honrosamente à guilhotina? Por que não chorar e gritar todo o caminho até lá? “Mulheres que fazem barulho não são figuras heróicas”, escrevem Stengers e Despret, “ao contrário, são malditas perturbações”. Ao escrever a carta a outras filósofas e cientistas cujo pensamento é colocado em questão, as autoras criam uma dinâmica multidirecional que se ajusta à uma forma de narrativa que elas parecem estar interessadas em explorar, tornando essas mulheres tanto interlocutoras quanto estudos de caso.

A maneira encontrada pelas belgas foi uma grande inspiração para aplicar o gênero epistolar à historiografia feminista, porque apresenta a possibilidade de descortinar aspectos históricos, culturais e políticos alinhados ao discurso habitado, cujas histórias pessoais se misturam com a história coletiva de uma época. Esta *praxis* inaugurada por Woolf e revisitada por Stengers e Despret, tornou-se para mim um caminho sem volta para a investigação da história do feminismo.

Então, estou aqui assumindo todos os riscos de optar por uma linguagem que traz minha experiência pessoal como forma de ressignificar um processo histórico. Mas, mesmo que partindo de um impulso literário, escolho o gênero textual das cartas porque elas se configuram também como um documento legítimo de pesquisa, podendo ser trabalhada no protocolo da objetividade e como forma de atestar a veracidade dos fatos.

### **3. 3 Em Busca de Si Mesmo e do Outro**

Diversos filósofos e pesquisadores produziram trabalhos que se desdobraram em análises teóricas sobre cartas, seja direta ou indiretamente, ao esbarrar com a obra missiva de algum escritor. Michel Foucault, em “Arqueologia do Saber” (2012), constrói forma epistemológica para lidar com os processos históricos, sendo o conceito de arquivo central na sua teoria. Tal definição permite uma leitura crítica das correspondências,

identificando ali não somente um documento, mas um sistema de enunciados, que aparecem como conceitos singulares entre os campos sociais, simbólicos e culturais (FOUCAULT, 2012).

Em um fascinante exercício da metalinguagem, Roland Barthes, em uma troca de cartas com Albert Camus, em 1955, realiza uma crítica literária do livro “A Peste”, recém lançado pelo escritor-destinatário. Discordando sobre qual gênero literário a obra se encaixava - Barthes diz que é romance, Camus diz que é crônica - Barthes se ocupa a fazer uma aula de crítica literária ao autor e aborda o gênero epistolar entre suas explicações.

CARTA. A figura visa a dialética particular da carta de amor, ao mesmo tempo vazia (codificada) e expressiva (cheia de vontade de significar o desejo). [...] Como desejo, a carta de amor espera sua resposta; ela impõe implicitamente ao outro de responder, sem o que a imagem dele se altera, se torna outra. [...] (BARTHES, 1990, p. 3 e 32).

Em relação às cartas de amor, destaca-se uma análise igualmente admirável feita por Deleuze e Guattari sobre as correspondências de Kafka destinadas à Felice Bauer, por quem teve uma paixão turbilhonante. Transformada em “máquina literária” (DELEUZE; GUATTARI, 2018, p. 58), a correspondência do escritor tcheco se torna uma forma de “desterritorializar” a ideia de amor ideal.

Os elementos da máquina literária já estão nas cartas, mesmo se estão insuficientemente dispostos e se mantêm inúteis: a fotografia estereotipada no bilhete postal, a escrita no verso, o som que corre e que é lido a meia voz, em um só tom, a intensidade. No primeiro encontro com Felice, Kafka mostra-lhe essas fotografias, esses bilhetes postais em Weimar, como se servisse para encenar um novo circuito em que as coisas se vão tornar mais sérias (DELEUZE; GUATTARI, 2018, p. 59).

A análise de Brigitte Diaz, professora de literatura francesa na Universidade de Caen, em seu livro “O gênero epistolar ou o pensamento nômade” (2016) merece especial atenção. Explorando as muitas facetas da carta, ela explica a complexa relação entre a escrita do sujeito e seu destinatário, analisando correspondências de jovens escritores do século XIX. Abordando nomes como Gustave Flaubert e George Sand, pseudônimo de Aurore Dupin, importante romancista e memorialista francesa, a autora demonstra que a carta funciona como uma ferramenta de autoconhecimento, um laboratório vivo da palavra, servindo como ponto de partida para a obra dos autores.

O “pensamento nômade” que ocupa o título de seu estudo é como ela resume a prática epistolar: um pensamento que reflete sobre si mesmo e o outro, a multiplicidade de assuntos abordados em uma carta mas, também, pela palavra escrita à mão, que gera uma diversidade de tons e formas. "A letra é uma palavra que está a procurar e a única história que ela conta é que de uma palavra em busca de si mesma." (DIAZ, 2016, p. 114). O nomadismo, para Diaz, é a tônica da correspondência, encarada por ela como uma invenção de si mesmo.

Traçando uma linha do tempo do gênero epistolar, a autora lembra que a carta surgiu como uma ferramenta de sociabilidade até os desdobramentos de uma tradição eloquente que fez de escritores, como os abordados em sua pesquisa, grandes missivistas. A correspondência se torna, então, um compromisso verdadeiro com a escrita, mas também com o que ela chama de “gênese do eu” (DIAZ, 2016, p. 70), como a vontade imperiosa de construir um eu. "A ligação epistolar é desde o início uma ligação com a escrita, que a presença do outro irriga e energiza." (DIAZ, 2016, p. 71). Assim, para a escritora, quando se trata de correspondências, o endereço do outro é: trata-se apenas de um desvio para retornar a si mesmo. Além de estimular a escrita, o outro serve como uma duplicata, em que o sujeito da escrita é um mediador de si mesmo (DIAZ, 2016).

Destaca-se, no livro, uma análise sobre questões de gênero relacionadas à correspondência, analisando cartas de mulheres enviadas a Sand (Dupin). A autora mostra que elas são um espaço para uma consciência de uma identidade coletiva, exprimindo as insatisfações de escritoras frustradas com a discriminação do sexo feminino no meio literário.

Outra forma de dialogar com a correspondência no gênero literário, sob o aspecto da mobilidade entre um sujeito e outro, é abordar a figura do Narrador, como realizado por Walter Benjamin. Ele apresenta formas de narrativa díspares, entre elas a historiografia clássica, a epopeia grega, a crônica medieval, o romance, o conto popular, as formas modernas desmoralizantes aplicadas na literatura moderna e as narrativas urbanas (jornal, *short-story*). A dicotomia moderno e tradicional se apresentam a partir do desaparecimento da figura tradicional do narrador. Considerada até mesmo como um “antigênero” (BAKHTIN, VOLOCHINOV, 2006) em sua mobilidade, a carta também sofre uma morte da narrativa, visto que sempre existiu como um meio ‘artesanal’ e não vem resistindo às mudanças na modernidade.

Assim, incompatibilidades irreconciliáveis se apresentam à carta, não apenas pelo seu formato, mas pela disposição que esse gênero tem em criar um diálogo com profundidade. Este trabalho não tem a pretensão de discutir se o *e-mail* é o sucedâneo ou o que sobrou da carta. Ou mesmo se o correio eletrônico tem o seu próprio sucedâneo com os aplicativos de mensagens. A despeito das análises já citadas, entende-se, neste trabalho, por cartas, como uma intenção de se corresponder, de destinar a si mesmo e outras reflexões, mesmo na contramão à dinâmica da contemporaneidade.

### 3.4 Me Escreve

“Me escreve comprido.” (CESAR, 2016, p.63). “Me escreve correndo porque tenho saudades & preciso. Recontactar.” (CESAR, 2016 p.66). “Me escreve *tudo* nos mínimos detalhes” (CESAR, 2016, p. 74, grifo no original). “Escreve se te formigarem os dedos – só assim vale a pena” (CESAR, 2016, p. 95). As despedidas de Ana Cristina Cesar em suas cartas se assemelham ao meu desejo obstinado de estabelecer um diálogo com as antecessoras do movimento feminista no Brasil. As cartas de Ana C., ainda que livres de delicadezas óbvias, criam um espaço para a proximidade, as confidências e a escuta. Escutar parece ser a chave para se conectar com as histórias de mulheres ao longo dos anos. Abrir espaço para que vozes dissonantes se encontrem em suas recordações. Por outro lado, as belgas Isabelle Stengers e Vinciane Despret, atravessadas por Virginia Woolf, propõem através de cartas, revelar como as mulheres estão resistindo nesses espaços “do saber” reservados aos homens. Não são apenas mulheres contando suas histórias, são as histórias ocupando espaço e transformando a realidade. A carta à segunda onda tem essas mesmas pretensões, em uma busca para preencher com narrativas pessoais as lacunas de um feminismo desmemoriado.



**Figura 1.** Foto colorida de Maria José Lima (à esquerda) e Cynthia Dorneles (à direita) no evento no restaurante Luigi's em 08/03/2018. Fonte: Arquivo Pessoal de Maria José Lima

Rio, 08.03.2018 - Restaurante Luigi's em  
Laranjeiras  
Apresentação das feministas  
Maria José de Lima e  
Cynthia Dorneles sobre o MF no  
Rio de Janeiro a partir de 1975

**Figura 2.** Foto colorida do verso da Figura 1, com os dizeres: “Rio, 08.03.2018 – Restaurante Luigi's em Laranjeiras. Apresentação das feministas Maria José Lima e Cynthia Dorneles sobre o MF no Rio de Janeiro a partir de 1975”. Escrito por Maria José Lima. Fonte: Arquivo Pessoal

#### 4. O PASSADO EM DIÁLOGO COM O PRESENTE

*Com que palavras  
seria possível  
transmitir o que  
escuto? Procurava um  
gênero que  
respondesse à forma  
como vejo o mundo,  
como se estruturam  
meus olhos, meus  
ouvidos.*

*A Guerra Não Tem  
Rosto de Mulher de  
Svetlana Aleksievich*

O momento em que escolhi o gênero epistolar para iniciar um diálogo com representantes da segunda onda feminista foi precisamente na noite de sábado, 24 de março, durante o banho. Os pensamentos atravessavam minha cabeça na velocidade que a água escorria pelo ralo, desejando encontrar uma maneira singular de propor um resgate histórico. Até aquele momento, pretendia utilizar depoimentos de seis mulheres atuantes do movimento feminista nas décadas de 1970 e 1980, colhidos por Heloisa entre novembro e dezembro de 2017, para a pesquisa do seu livro sobre a nova onda feminista no Brasil, que está em fase de edição. Os textos estarão reunidos em um capítulo chamado “As Veteranas”. Depois de muito refletir sob a água corrente, cheguei a conclusão de que o meu desejo era retomar esta história de maneira mais afetuosa, através das minhas provocações, criando um diálogo entre a onda passada e a presente.

Para a escolha das feministas que receberiam as cartas, foram indicados pela orientadora cinco nomes que pudessem compor um leque diversificado de opções, estabelecendo três como o número mínimo para a realização da pesquisa. Além disso, procuramos mulheres que já tiveram algum contato com Heloisa, de forma a aumentar as chances de uma resposta positiva.

A primeira foi Maria José Lima, a Zezé, enfermeira alagoana radicada no Rio de Janeiro. Viveu intensamente o feminismo praticado durante os anos 1970 e 1980 no

Brasil, tendo comparecido à Semana sobre o Papel e Comportamento da Mulher Brasileira, na ABI, em 1975, considerado o marco inaugural da segunda onda no Brasil. Foi uma das fundadoras do “Grupo do Nada”, considerado o primeiro grupo voltado à autoconsciência no Brasil, em que mulheres refletiam a partir “do nada” - nenhum tema ou ponto de partida teórico e metodológico específico - sobre conhecimento de si mesmas e a condição de opressão que experimentavam na vida em sociedade. Zezé atuou no Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, marcando presença em debates e manifestações em defesa dos direitos das mulheres, advogando sobretudo na área da saúde da mulher. Eu e Zezé estivemos em contato desde o evento no restaurante Luigi’s em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, em 8 de maio de 2018. O convite para participar do trabalho respondendo a minha carta foi feito no apartamento onde mora, no bairro do Leblon, Rio de Janeiro, no sábado, 28 de abril, em uma das visitas em que abriu seus armários e gavetas para nos mostrar documentos guardados desde 1975 sobre o movimento feminista no Brasil.

A segunda foi Bila Sorj, professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da instituição, onde coordena o Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero - espaço em que desenvolve pesquisa sobre gênero, trabalho e família. Diferentemente de Zezé, sua atuação como feminista se dá principalmente na área acadêmica. O primeiro contato foi realizado via mensagens no Whatsapp, na sexta-feira, 4 de maio, quando combinamos uma ligação na manhã seguinte. Bila, muito educadamente, recusou a proposta, por conta de outros compromissos acadêmicos que assumira, incluindo congressos que compareceria na Europa nos meses seguintes.

A feminista número três é a socióloga Jacqueline Pitanguy, fundadora e diretora da ONG CEPIA, sigla para “Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação”. Localizada no Rio de Janeiro, a organização desenvolve principalmente pesquisa e material sobre violência contra mulher, saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Jacqueline participou da formação do Centro da Mulher Brasileira e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que presidiu por quatro anos. Nos falamos no sábado, 5 de maio, quando aceitou prontamente a tarefa de responder a carta, depois de mensagens trocadas pelo Whatsapp.

O último sim foi da historiadora Branca Moreira Alves, uma das organizadoras da Semana da ABI, em 1975, o pontapé da segunda onda feminista no Brasil. Foi a primeira presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro, durante os anos de 1987 e 1990, além de ter chefiado o primeiro escritório do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) para o Cone Sul: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Para este trabalho, Branca também foi contatada pelo Whatsapp no dia 5 de maio. Ela estava viajando para a Europa, por isso, pediu que a carta fosse enviada no início de junho, quando estaria de volta ao Brasil, e prometeu retorno até o dia 10 do mesmo mês.

Houve ainda um convite sem resposta. Enviei um e-mail à filósofa e escritora paulistana Sueli Carneiro. Ativista antirracista, foi uma das responsáveis pela inclusão de mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, na época de sua fundação em 1983. Carneiro é fundadora e diretora do Geledés - Instituto da Mulher Negra, a primeira organização negra e feminista independente da cidade de São Paulo, tendo igualmente composto o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher no final da década de 1980. Sem obter retorno, tentei repetidamente contato por um telefone fixo que Heloisa havia me passado, mas sem sucesso. Este ano, o Geledés completou 30 anos de existência e havia eventos em comemoração durante todo o mês de maio.

Escrevi apenas uma carta de mesmo conteúdo para as três destinatárias. Não senti a necessidade de dizer algo diferente a nenhuma delas, pelo contrário, minha ideia era despertar múltiplas respostas a partir dos mesmos relatos e provocações. O texto foi elaborado durante os dias 2 e 3 de maio e revisado pela orientadora no dia 4 do mesmo mês. Não houve nenhuma mudança significativa, apenas correções gramaticais e alterações na construção de algumas frases para fins de coesão.

O processo de escrita não foi simples, estive completamente absorta em cartas “famosas”, como as de Frans Kafka, Reiner Maria Rilke, entre outras, enquanto nada disso me valeu para a correspondência. Ele também não foi linear e o texto foi tomando forma à medida que as palavras davam conta dos pensamentos. Assim, comecei pelo final, explicando minha experiência com as mulheres que me cercam nessa nova etapa do movimento. A partir daí, refleti sobre como me percebi feminista a minha admiração

angustiada sobre a luta pelos nossos direitos ser um processo de ondas, que tem suas cristas, mas também seus vales, estando sujeita a se dissipar nos processos históricos.

O conteúdo foi norteado por uma feliz coincidência. Procurando exaustivamente referências em cartas retumbantes da literatura mundial, encontrei, entre os documentos disponibilizados do acervo de Zezé, cartas escritas à Danda Prado, uma importante figura do feminismo de segunda onda no Brasil. Filha do comunista Caio Prado, Danda foi exilada política na ditadura militar e fundou o Grupo Latino-Americano de Mulheres, em Paris. Jacqueline e Branca escreveram, em 2010, cartas homenageando a feminista no evento chamado “Conversa com Danda”, que, além de celebrar a ativista, também comemorava os 35 anos de feminismo no Rio de Janeiro, encontro esse que Zezé, muito amiga de Danda, ajudou a organizar. A feminista se encontra hoje em estado de avançado de Alzheimer, doença que a acometeu há cerca de uma década, segundo relatos de Zezé.

A partir das correspondências à Danda, entendi como a feminista foi importante para que Branca, Jacqueline e Zezé se encontrassem no movimento, influenciando em suas identificações e trajetórias. Assim, em minha carta, busquei instigar relatos sobre o momento em que cada uma se percebeu feminista, contando sobre a minha própria experiência, de como descobrimento da palavra “feminismo” mudou de maneira inequívoca o meu jeito de ver o mundo. Expliquei meu desejo de retomar a história do movimento, de modo que a troca de cartas fosse o pontapé para um trabalho de documentação. Mas além disso, propus um diálogo entre ondas, de forma comovida e afetuosa, mostrando como sensibilizar umas às outras, com nossos relatos, retoma um processo de autoconscientização que marcou o movimento feminista das décadas de 1970 e 1980. E, sobretudo, reconhecer a vitalidade da atuação e o papel transformador destas mulheres na produção de um legado que as meninas e mulheres que hoje se identificam com o novo feminismo desconhecem.

O texto tem o formato e a intenção de uma carta, mas foi enviado por e-mail à Jacqueline e Branca, nos dias 9 de maio e 2 de junho, respectivamente, por conta da praticidade e do curto prazo para a entrega do trabalho. Zezé, que nos auxiliou na pesquisa historiográfica, recebeu o documento em mãos, no sábado, dia 12 de maio.

Os textos foram fixados em ordem cronológica. Zezé foi a primeira, entregando uma carta de quatro páginas escrita à mão no sábado, 19 de maio, durante uma visita à

sua casa. Além da carta, ela me deu um rascunho de folhas coladas umas às outras, embolado como se fosse um pergaminho que, ao todo, chega a exatos 91 centímetros medidos com uma fita métrica, contendo as inspirações e ideias que utilizou para escrever o texto. A carta foi escaneada e transcrita para o formato digital. A segunda resposta veio de Jacqueline, no dia 29 de maio, por e-mail. Em 2 de junho, Branca recebeu a carta ao chegar de viagem da Europa e respondeu logo em seguida, no domingo, 3. As cartas recebidas foram revisadas e sofreram pequenas alterações gramaticais apenas para adequação a norma culta.

#### 4.1 Carta à Segunda Onda Feminista

Rio de Janeiro, 4 de maio de 2018

Querida amiga,

Você se lembra quando se deu conta de que era feminista? Eu me lembro, foi em 2013, no meio dessa caixa de pandora que foram as jornadas de junho. Sabe aquela sensação que temos quando percebemos que tomamos gosto pelas palavras, pelas letras? Foi mais ou menos assim. A descoberta desse vocábulo ‘feminismo’ foi ao mesmo tempo deslumbrante e desconcertante, porque nomeou inquietações que eu nem sabia que tinha. Começou com a sutileza de uma apóstrofe lançada ao mar, até que foi se tornando um murmúrio de uma confissão animada, uma conversa rápida nos corredores. Era um pouco esquisito ser feminista em 2013. De um lado, tinha gente que achava que eu, no auge dos meus 16 anos, gozando de boa estrutura física e mental, era uma histérica mal-amada. De outro, que minha luta era de menor calibre e que eu devia deixar o pessoal do “passe livre” falar, porque esse sim era um movimento estruturante e penetrante nas classes sociais e que traria resultados concretos. É engraçado como tem pessoas que acham que a história começou quando elas nasceram.

Bem, com a palavra lançada no mundo, vamos encontrando sua própria definição. Pode ser a consciência coletiva de que algo está errado na forma como a sociedade trata as mulheres. Talvez, se me permite parafrasear o dramaturgo alemão Hans-Thies Lehmann, é essa onda que “sacode a inocência” das pessoas em relação à desigualdade de gênero. Pode ser um espírito geral de rebelião, desafiar a natureza, criá-la conforme o que escolhemos fazer. A possibilidade de escolher que uso terão nossos úteros, mãos e bocas. Essa dádiva improvável da reinvenção do comum.

Se a humanidade existe há milhões de anos, o feminismo talvez não passe de um piscar de olhos na madrugada da história. Muito menos tempo do que os meus neurônios levaram para fazer as sinapses de quando entendi que sou feminista, ou de quando percebi que gosto de palavras. Existir como feminista é uma efemeridade que dá muito sentido à minha vida. E, certamente, essa sensação de pertencimento também foi escrita com a sua letra.

Por isso, tenho o interesse em retomar suas histórias nesse trabalho que gosto de chamar de um “impulso literário”. É certo que os momentos de grande relevância cultural costumam ser valorizados quando vistos em retrospecto. Mas é consensual entre nós que

a historiografia feminista no Brasil se perdeu no tempo. Desde 2015, vivemos no estrondo flamejante de uma explosão do feminismo, que já conquistou tantos territórios a partir de uma proeza experimental espantosa. Mas, eis a distância que nos inculca: conhecemos pouquíssimo do que nos antecede. Não são muitas as que já ouviram falar das façanhas da campanha sufragista liderada por Bertha Lutz. Ou até mesmo dos impulsos radicais e dissidentes que tomaram as décadas de 1970 e 80. Há meninas e mulheres hoje à frente de expressões artísticas de grande relevância que não sabem que Carmem da Silva e Danda Prado são razões para que a palavra “feminismo” faça parte do léxico de tantas de nós. Se há pouco tempo estávamos afásicas, agora estamos completamente amnésicas e dessituadas de como chegamos até aqui. Separadas por três décadas, terceira e quarta onda são absolutamente próximas e infinitamente distantes.

Meu interesse aqui é abrir os espaços discursivos. O sentido de tudo o que viveram como feministas sairia de suas própria bocas, sob o seu ordenamento de ideias. Uma loucura da prosódia. Essa carta é um ponto de partida para a documentação, mas sei também que esse tipo de correspondência dá um tom comovedoramente afetuoso para as coisas. É lembrar para não ser esquecida.

Estou buscando esse encontro entre nossos movimentos. A segunda e a terceira onda é esse tempo de “autonomia, independência e internacionalização”, como bem disse Zezé (Maria José Lima) em uma conversa que tivemos em sua casa há algumas semanas. A quarta onda já vem com desdém, uma vontade de chocar, de ressignificar. E uma certa despersonalização, em que não estão colocadas figuras de lideranças. É como se disséssemos: estamos aqui para ferir a lógica cartesiana.

De toda forma, fico me perguntando se essa quarta onda pela qual navegamos agora já arrebentou na praia ou ainda cresce no mar. Vocês conseguem prever? Será que um dia vamos passar por mais alguma década de inércia no debate de gênero? Então, como salvar uma palavra? Uma palavra que está viva, segue vivendo, transformando, esculpindo figuras culturais, simbólicas, sociais. Ansiedade minha prever seu fim? Sou eu assim tão trágica? Podem falar a verdade.

Preciso confessar. Quando comecei a escrever esta carta, tratei de reunir as maiores inspirações de correspondências da literatura mundial. Li cartas assinadas por Virginia Woolf, mensagens entre José Saramago e Jorge Amado e até mesmo o livro “Cartas a um jovem poeta”, de Rilke, lido em completo desespero. Mas é lógico que eu

não encontraria o que precisava nos píncaros da glória literária, e, sim, entre vocês. Fiquei muito tocada com as cartas escritas à Danda Prado, em um evento que ocorreu em julho de 2010 chamado “Conversas com Danda”, organizado por Zezé, Madá (Madalena Guilhon), Rita Andrea e Rosane Lavigne para homenageá-la e comemorar os 35 anos de feminismo no Rio. As cartas chegaram a mim por meio de Zezé, que registra cada detalhe dos passos do movimento e carinhosamente abriu seu acervo. Tem uma linda carta sua, Branca. Você conta como ficou estupefata quando Danda te escreveu (você morava em Berkley na época) perguntando o que achava do movimento feminista. Era uma vida de papéis sociais tão definidos, em que as preocupações ideológicas residiam em construir as utopias que homens “barbudos” teorizaram. “Como é bom relembrar o que fez de minha vida particular parte de um todo muito maior. Uma simples pergunta, colocada no momento certo, em campo fértil!”

Jacqueline, você contou em sua mensagem que, vindo de uma esperançosa eleição de Allende no Chile, deparou-se com “a discriminação das mulheres vista através das lentes objetivas da estatística.” Encontrou Danda quando ela já representava a vanguarda do feminismo. Não são apenas mulheres contando suas histórias, são as histórias ocupando espaço e transformando a realidade.

Olha só a importância que damos umas às outras nessa nossa identificação. Heloisa, por exemplo, emprestou-me o olhar para um feminismo que vai muito além de minha imaginação domada. Ela me abriu os olhos para esse movimento polissêmico e incendiário que tem sido feito hoje, com mulheres que não pedem desculpas por serem quem são. E tem ainda a Zezé, com esse talento formidável para registrar e guardar documentos valiosíssimos, que fazem dela uma das maiores arquivistas e guardiãs da história do feminismo no Brasil. Ela mesma é tão dedicada e generosa que passou horas conversando comigo e com Pê, companheira da pesquisa, para nos passar até as maiores pequenezas que vivenciou como feminista nas décadas passadas. Suas histórias, com sua eloquência, criam novas potencialidades para narrativa. Por isso, não são os píncaros literários que fazem a nossa cabeça, que sacodem nossa inocência. São pessoas que nos contam suas histórias, que dão ouvidos aos nossos dramas cotidianos e estão preocupadas em saber o que achamos de mulheres que pensam por si.

Virginia Woolf, no ensaio “Três Guinés”, coloca que o pensamento de mulheres é uma forma de descortinar o cânone intelectual masculino, resistindo nos espaços

acadêmicos e propondo rupturas. Ela diz que sempre desconfiou da oferta feita às mulheres para que entrassem na universidade, afirmando que não devemos engrossar essas fileiras de homens cultos, honrosos e responsáveis. Enquanto isso, a Academia recebe as mulheres como um espaço democrático, mas desde que não criem problema, não façam um estardalhaço com essas questões “de menor calibre”. Em um livro muito idiossincrático chamado “Women Who Make a Fuss”, as filósofas belgas Isabelle Stengers e Vinciane Despret, se inspiram no texto de Virginia e transformam esse lugar, designando-se como as “fazedoras de barulho”, “as criadoras de caso”, o que pode ter um papel afirmativo para a construção de um novo lugar, uma nova relação com o pensamento: o que as mulheres fazem com ele?

O que as mulheres estão fazendo com o pensamento, com seus corpos? O que faziam antes e que também fazem agora? É o que buscamos entender. Nessa coisa de nos transformarmos diariamente com os testemunhos, eu mesma passei por grandes mudanças depois que comecei a conversar com minhas pares de movimento sobre seus trabalhos artísticos e suas militâncias. Quando entrevistava as artistas do teatro para o capítulo do livro da Heloisa sobre a quarta onda, falei com um grupo incrível chamado Mulheres de Buço, um coletivo teatral carioca irreverente, que tem um discurso muito pé-na-porta. Ao fim da entrevista, uma delas expôs uma fragilidade que tem me fortalecido de tempos em tempos, dizendo que quando se sentia para baixo e não queria sair de casa, ela parava e pensava: “Pera aí! Eu sou feminista! E é por isso que eu vou sair de casa, vou me apresentar, vou subir no palco.”

Aqui estamos lidando com esse poder ao mesmo tempo libertador e catártico de tocarmos umas às outras com as narrativas de nossas próprias lutas. Esse é um terreno fértil que vocês estabeleceram para nossa identificação, para nossa reivenção. Somos juntas essa delicadeza brutal que pode ser uma onda, ou então várias ondas, e os feminismos não precisam se afogar em seus limites. As capacidades narrativas criadas por vocês hoje nos servem para o enfrentamento do presente e para podermos então dizer “sou feminista” sem deixar aparecer à superfície a menor perturbação.

“Estamos lançadas e é o que vale”, como já disse Danda.

Com amor e desassossego,

Julia

## 4.2 Zezé que Está Sempre a Lembrar

Leblon (RJ) 19.5.2018

Julia,

A minha aproximação com o Feminismo enquanto movimento de mulheres aconteceu em um evento patrocinado pela ONU em 1975 - Ano Internacional da Mulher celebrado no México, onde o Brasil foi representado por Bertha Maria Júlia Lutz. Em uma articulação do Escritório da ONU com a ABI-RJ [Associação Brasileira de Imprensa] realizou-se a “Semana de Pesquisa sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira”. Marlene Grenfell, advogada da FINEP [Financiadora de Estudos e Projetos] leu um anúncio sobre esse evento no trabalho e, como boa vizinha, bateu em minha porta e me convidou para irmos juntas assistir às atividades anunciadas, no Centro do Rio.

As ideias expostas pelas conferencistas me tocaram profundamente. Eu me senti em sintonia com elas, apesar de não conhecer pessoalmente ninguém naquele ambiente. Eu me encantei com a apresentação de Carmen da Silva de quem eu era leitora na Revista Cláudia e com o Celso Furtado (paraibano residente em Paris) que orientou o público a fazer a leitura do livro da italiana Elena Giannini Belotti “Educar para a Submissão” como ponto de partida para entendermos a origem da submissão das mulheres em todos os âmbitos da vida.

Ao final do evento as organizadoras propuseram ao público que continuássemos a nos reunir para aprofundar os temas tratados. Ingrid Stein, residente na Rua das Laranjeiras ofereceu o próprio apartamento para as reuniões na semana seguinte.

Eu novamente fui com a Marlene e nessa reunião foram formados grupos por afinidade de interesses, como Direito, Cinema, Trabalho, etc. Tendo sobrado um resíduo de mulheres que não se interessaram por nenhum dos temas propostos, alguém falou “Eu quero participar de um grupo que inicie do NADA”, assim formamos 1º grupo de autoconsciência da opressão da mulher do Rio de Janeiro. Adquirimos o livro da EGB [Elena Giannini Belotti] combinamos de cada uma ler um capítulo e discutir uma vez por semana associando o assunto lido a nossa experiência pessoal.

Ficou decidido que uma vez por mês nos reuníamos com todos os grupos para trocar experiências vivenciadas em cada pequenos grupo e elaborar um programa de ações conjuntas. Essa foi a gênese da criação do “Centro da Mulher Brasileira”.

Julia, enquanto você percebeu que ser feminista em 2013 era um pouco esquisito, imagine que em 1975 era perigoso, vivíamos em um regime governamental de Ditadura Militar.

Julia, eu imagino que seu desejo de conectar a sua história pessoal com a nossa vai além de um “impulso literário”. Significa que você quer achar onde encontrar sua energia de ativista feminista na história de suas antecessoras. Memória é identidade. Você só vai conseguir ter uma certa ideia de quem você é enquanto feminista quando dispuser das referências a respeito do caminho que foi percorrido por outras Feministas para entender onde você está no mundo neste momento.

Julia, existe muitos fragmentos da historiografia feminista no Brasil o que nos falta são historiadoras/es com cultura feminista que entendam que a Teoria Feminista se refere ao estudo sistemático das condições das mulheres, seu papel na sociedade e as vias para obter a sua transformação. Na maior parte das vezes, desconhecem até mesmo a origem da palavra “Feminismo” que é originária do francês “Feminisme” dicionarizada em 1847 como doutrina que visa a extensão dos papéis femininos.

Depois de tantos anos de prática feminista eu concordo com o conceito de que o Feminismo é um movimento político integrado contra o sexismo em todos os terrenos (jurídico, ideológico e socioeconômico) que expressa a luta das mulheres contra qualquer forma de discriminação.

Julia, eu me conecto com o feminismo praticado no momento, acompanhando pela surpresa seus descobrimentos na sociedade e vez por outra falando para plateias como a que encontrei você a Pê no Restaurante Luigi’s no 8.3. pp..

De 1975 até hoje performatizei muitas oficinas de criatividade, expressividade e sensibilidade para mulheres de diversas organizações. Mil apresentações em diversos Estados do País, viajei para participar de Eventos Feministas por grande parte de Brasil e para os países França, Itália, Argentina, Peru, Colômbia, Uruguai, México, Suíça, Portugal, sempre assimilando algo novo no meu universo feminista.



**Figura 1.** Foto colorida de Maria José Lima, Zezé, em 1977. Fonte: Arquivo Pessoal

### 4.3 Jacqueline que Não Queria Ser Jane

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2018

Julia,

Escrevo essa carta para contar, com saltos e atalhos, meu percurso como feminista, como você pediu. Quando eu era menina, em Belo Horizonte, brincava de Jane e Tarzan com meu primo. Ele saía para enfrentar leões, búfalos, rinocerontes. Eu ficava em casa, esperando, ansiosa, para que ele me trouxesse notícias da selva, intermediando minha relação com o mundo externo. Eu tinha vontade de estar na selva mas ele dizia que era perigoso para as mulheres, que Jane ficava em casa, era ali meu lugar.

Eu não gostava dessa brincadeira. Preferia brincar na pracinha, subir nas arvores, andar de bicicleta descendo as ladeiras de BH, pular amarelinha e também brincar com minhas bonecas. Um dia eu tomei coragem e disse que não iria mais brincar com ele se Jane não fosse com Tarzan à selva.

Acho que foi minha primeira afirmação feminista.

Na juventude vivi em contextos políticos conturbados. Estudante de sociologia na Bélgica e depois no Chile, acompanhei momentos cruciais da história política como a eleição de Allende, a utopia de um governo socialista eleito democraticamente, o golpe militar de Pinochet, o Brasil ditatorial. Acreditava então que tinha em Marx regra e compasso para compreender e transformar o mundo, como mulher me sentia livre para enfrentar rinocerontes, mas não me solidarizava com as outras mulheres que ainda obedeciam a Tarzan.

De volta ao Brasil a maternidade me impacta com um sentimento profundo de ser mulher. E ao realizar uma pesquisa para a OIT [Organização Internacional do Trabalho], sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho encontro, na frieza dos números, a dimensão da discriminação e subalternidade da mulher. Estávamos na década de setenta, anos de chumbo, de construção de grandes frentes para resistir ao poder militar. O feminismo bombava na Europa, nos EUA, mas aqui o estado violador de direitos dava pouco espaço para trazer para o debate público a situação das mulheres, cidadãs de segunda categoria em nosso país.

Nessa época eu me aproximo de um grupo pioneiro de mulheres, que se reuniam para tecer solidariedade e traçar estratégias de lutas pelos direitos das mulheres. O feminismo, como ação política, passou então a fazer parte de minha vida, e me acompanha, como uma segunda pele, ainda hoje.

Não estou feminista. Sou feminista.

Na luta pela redemocratização, nos anos 80, o feminismo se expande e adquire visibilidade e protagonismo, pautando a necessidade de requalificar a democracia no sentido de democratizar não só as instituições políticas mas também as relações sociais, permeadas de desigualdades e hierarquias que, legitimadas em leis e em valores culturais, traçavam espaços de subalternidade para as mulheres brasileiras.

Me engajo então, com outras feministas, na *advocacy* pela criação de um órgão federal, capaz de instituir políticas públicas a nível nacional e de propor leis e normas que assegurassem a igualdade das mulheres. Em 1985 foi instituído, por uma lei do Congresso Nacional, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM). Como presidente desse órgão incorporei à minha trajetória a experiência do exercício do poder em um espaço governamental. Não foi uma tarefa fácil. Desembarquei em Brasília com 3 filhos no Rio, crianças e adolescentes, e contei com um companheiro que, de fato exerceu a paternidade no cuidado responsável de sua prole, e comigo mesma, me multiplicando para estar com eles estando lá, desvendando os rituais e labirintos do poder, em um momento político de reconfiguração das forças políticas. Com as companheiras do CNDM, com organizações de mulheres, sindicatos, associações, coletivos feministas, fomos protagonistas na Constituição de 1988, elaboramos a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, e, em um trabalho incessante e bem articulado, conhecido como “Lobby do Batom” asseguramos um patamar de igualdade na nossa Carta, retirando as mulheres de sua situação de cidadãs de segunda categoria.

Mulheres no plural porque, certamente, somos diversas e desiguais em função de raça e etnia, classe social, orientação sexual, idade, mulheres rurais ou urbanas, dentre outras. O exercício efetivo dos direitos é desigual em função dessas variáveis. E requer agendas específicas de luta. Mas, dentro dessa diversidade, construímos agendas e estratégias comuns, e lutamos por elas porque concordávamos na necessidade de assegurar um marco legal de igualdade para todas.

Renunciei ao CNDM, depois de 4 anos de muita luta e muita emoção em sentir que deixávamos nossa marca feminista na história política do país. Renunciei porque as forças conservadoras, ainda fluidas no início da redemocratização, já estavam aglutinadas em um projeto conservador onde não cabia nossa agenda, que incluía a atenção ao abortamento nos casos previstos em lei e a expansão dos permissivos para o aborto legal, o acesso a contracepção moderna e a efetiva implantação do PAISM, Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher, a denúncia do racismo e a discriminação das mulheres negras, a demanda por justiça no campo, onde mulheres e crianças eram vítimas frequentes da violência, a denúncia do sexismo na educação, a demanda por programas de prevenção e remédio à violência doméstica e sexual, dentre outras questões que conformavam a agenda do CNDM. Naquela situação, permanecer seria ser cooptada por um governo que já não nos representava. Não saí cabisbaixa nem sozinha. Saímos de cabeça erguida, integrantes do CNDM, conselheiras e mulheres de todo o país, que vieram prestar solidariedade. Caminhamos até o Planalto, onde entreguei minha carta de renúncia ao Presidente da República Marchamos em celebração do que havíamos alcançado, fazendo o triângulo, símbolo feminista da vagina.

Nos anos 90 vivi a grande experiência de construir coligações internacionais de forma a influenciar as grandes conferências da ONU. Foi a década de internacionalização de minha ação feminista. Fui professora visitante na Universidade de Rutgers, e através do Center for Women Global Leadership (CWGL), acompanhei a grande mobilização feminista mundial para assegurar que na Conferência da ONU de 1993 os direitos das mulheres fossem considerados como direitos humanos e que a violência contra as mulheres fosse tratada como uma violação dos direitos humanos. Com grande alegria, acompanhei a atuação de minha filha no CWGL, participando de todas as etapas preparatórias para a Conferência e na organização do Tribunal de Viena. Ela era estudante de biologia em Rutgers e se engajou nessa iniciativa. Me sinto privilegiada em ter podido acompanhar o nascimento da grande mobilização para a Conferência de Direitos Humanos de Viena, que marca o protagonismo internacional do movimentos feminista, sua capacidade de estabelecer alianças e estratégias entre mulheres de nacionalidades, culturas, etnias diversas.

A campanha dos 16 Dias de Luta pelo fim da Violência contra a Mulher, que hoje tem vida própria e está presente em inúmeros países, nasceu também no CWGL.

A Conferência de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, foi marcante para mim, pois tive um forte envolvimento nacional e internacional na preparação da Conferência, em reuniões intermináveis na ONU, e no evento no Cairo. No Brasil, em 1993, com uma coligação de ONGs organizamos um grande evento do qual resultou um documento que pautou nossa atuação e a atuação do governo, na Conferência, A Carta de Brasília, nossos direitos para Cairo 1994. E em janeiro de 1994, antecedendo a Conferência que teve lugar em setembro, organizamos, com uma organização baseada nos USA, um grande encontro feminista no Rio, com a participação de mulheres de 90 países, no qual construímos consenso em torno a nossas demandas e propostas para o Cairo. Como pode ver, a vivência política do feminismo sempre fez parte de minha vida.

Desde 1990 me dedico à, CEPIA, uma Organização fundada com a proposta de advogar pelos direitos humanos das mulheres, trabalhando desde a sociedade civil, com autonomia e visão estratégica. Já celebramos nossos 28 anos, e daqui a dois anos vamos cortar o bolo dos 30 anos. Pelejando, sobretudo nos últimos anos, com poucos recursos, mas com um acúmulo de experiência que sustenta nossa luta. E incorporando jovens em nossos programas, aprendendo com eles. Tenho a alegria de coordenar a CEPIA com Leila, uma amiga da década de setenta, dos primórdios do feminismo. E Branca e Sandra, companheiras do Grupo CERES, integram nossa Assembleia de Associados.

Hoje, no momento em que você, tendo se encontrado com o feminismo, procura conhecer a luta e as conquistas de minha geração, eu me assombro com o Brasil, com os ataques do patriarcalismo, vestido de religiosidade e exalando um moralismo monocrático e autoritário, desrespeitando a diversidade de identidades que enriquecem o Brasil, atacando direitos sexuais, banindo nossa autonomia reprodutiva. Um conservadorismo anacrônico e ignorante, que proíbe o uso de conceitos como gênero nos planos escolares, propõe mudanças na constituição para proibir o aborto em qualquer circunstância, tece alianças poderosas com bancadas do legislativo, como a frente BBB (Bíblia, boi, bala). Vejo com assombro a intolerância crescente, a violência que extermina quem ameaça seu projeto de poder, como o assassinato de Marielle. Nesse assombro, vejo luzes na primavera feminista, nos movimentos de mulheres negras, no movimento LGBTT, na resistência ao golpe institucional que derrubou o governo legitimamente eleito de Dilma, na leitura entre linhas da grande mídia e na produção de leituras

alternativas nas redes sociais, vejo luzes quando as jovens marcham, cantam, tocam tambores contra a intolerância que torna tóxica a vida política atual.

Terminando essa carta, diria, Julia, é mais do que nunca necessário ser feminista. E entender a importância de construir alianças e estratégias conjuntas dentro de nossa diversidade. Definir um norte e caminhar.

Sêneca afirmava que não há bons ventos para os que não sabem para onde vão.

Na atual conjuntura precisamos definir rotas e mapear nossos caminhos, construir pontes entre nós e multiplicar nossa força.

Seguimos...

Um beijo,

Jacqueline



**Figura 2.** Foto colorida Jacqueline Pitanguy, em 1986. Fonte: Arquivo Pessoal

#### 4.4 Branca que Passou a Ver com os Próprios Olhos

Barbacena, 3 de junho de 2018

Querida Julia,

Não tem nada que agradecer. Acho que todo mundo gosta de se sentir importante e de contar sua vida...

Assim, lá vou eu.

Você me pede que descreva como o feminismo mudou o jeito como eu vejo o mundo. Pois foi como se um cego de repente viesse a enxergar – com perdão da analogia um pouco óbvia demais! Nada mais, nada menos!

A famosa carta da Danda a que sempre me refiro tinha essa pergunta simples: "O que você acha do feminismo?"! Isso em 1972. Eu tinha quase 32 anos. Até aquele momento que eu chamo de meu "estalo de Vieira" – você conhece a lenda de que o Padre Antônio Vieira, missionário jesuíta no Brasil no século XVII, estava um dia rezando quando tudo de repente se esclareceu para ele?

Assim foi comigo.

Considero-me fruto do movimento estudantil de 1968, que de Paris reverberou pelo mundo, Brasil inclusive. Estava no 1º ano de História da Faculdade Santa Úrsula. Era tão alienada que minha motivação para voltar a estudar tinha sido apenas para me ilustrar e vir a ser uma "hostess" à altura de minha mãe, para apoiar meu marido em sua carreira de arquiteto. Essa minha missão de esposa, conforme me dissera minha mãe, mulher culta e sofisticada cujos eventos em sua casa eram sempre comentados na coluna social do Ibrahim Sued. Diga-se de passagem, e para que não fique dela uma impressão leviana, que ela também mudou nos anos '60, influenciada, como ela mesma dizia, pela revolução na Igreja Católica liderada pelo Papa João XXIII e o Concílio Vaticano II por ele convocado. Fez parte, vim a saber após sua morte, da corrente clandestina de fuga a perseguidos políticos organizada pela Igreja Católica, contribuindo com o que lhe era possível fazer, ou seja, apoio financeiro.

Enfim, no fundo eu inconscientemente processava algo para além da minha vida de dona-de-casa da burguesia carioca. Mas nada disso vinha com questionamento. Basta

dizer que em fevereiro de 1968 enquanto estava fazendo a prova de seleção para a Faculdade entraram uns estudantes não sei de onde e distribuíram um panfleto denunciando a invasão da República Dominicana por tropas americanas. Eu irritada amassei o papel, pensando que esse não era assunto nem para estudantes nem para mulheres!!!

Minha alienação era total. Até a escolha da faculdade, uma instituição religiosa onde eu havia feito o ginásio e que não apresentava qualquer perigo de “desvio de conduta”, por assim dizer.

Imagina que quando me casei, em 1961, o casamento era ainda regido pelo Código Civil de 1916, que definia a mulher casada como “equiparada ao incapaz”. Ou seja, não podia exercer sem o consentimento do marido qualquer direito da vida adulta. Pois fui com meu pai e meu marido a um banco para que meu marido me autorizasse a abrir uma conta em meu nome para continuar a receber a mesada de meu pai. Pensar que eu nem cogitei no absurdo da situação: não só depender do marido como também do pai! Lá ia eu apenas cumprindo o roteiro de vida pré-determinado por gerações, como era a vida de minha mãe, e foi a de minha avó, bisavó e assim por diante no perder dos tempos!

Voltando a 1968, em março acontece o assassinato do estudante Edson Luís, que deu partida para todo um ano de manifestações e repressão. O golpe militar de 1964 enrijece-se ainda mais. Nessa onda, minha “torre de cristal” – novamente uma analogia pouco inspirada – veio abaixo e passei a participar das manifestações uma após outra, até à grande e emocionante “Passeata dos 100 mil” em que pensávamos que iríamos “derrubar a ditadura” porque “O povo unido não será vencido!”.

Oh céus! Mal sabíamos. Vem o Ato Institucional no. 5 (AI 5 para os íntimos...), provocado por um discurso de meu irmão (Marcio Moreira Alves) na Câmara dos Deputados.

A repressão tem rédeas soltas daí em diante e por toda a década de 70.

Passei então a fazer parte de uma rede clandestina de denúncia das prisões e torturas, cujos relatos eram mandados por diversos meios para fora do Brasil, onde os exilados alimentavam o forte movimento de apoio à luta contra a ditadura aqui dentro – parlamentares, juristas, professores, intelectuais europeus e americanos.

Assim, quando meu marido obteve em 1970 uma bolsa de estudos para a Universidade da Califórnia em Berkeley, fiz minha transferência para terminar ali meu curso de História da América Latina.

Berkeley era um dos centros mais ativos dos movimentos libertários vindos da década de 60. Ali estavam os Black Panthers, os Students for a Democratic Society, os hippies e sua mensagem de liberdade de escolha de vida, e ... as feministas, muitas vindas da experiência de pertencerem à resistência e de se darem conta de que ainda nesses grupos que se diziam revolucionários imperava o machismo e elas eram desconsideradas, invisíveis, humilhadas, sem voz, tanto quanto em seus meios de origem da classe média americana. Daí saíram para formar grupos só de mulheres – para pasmo de seus companheiros. Essa a origem da “2ª onda”: “grupos de reflexão”, ou “consciousness-raising groups”, em que as mulheres descobriam sua voz e suas necessidades/demandas específicas.

Chego então em Berkeley, naquela confusão de idéias, vinda do mais completo silêncio! Tinha pela frente 2 anos em que poderia ler o que quisesse e escolher o curso que quisesse. O resultado dessa ganância, dessa fome, foi que busquei conhecer todas as revoluções e leituras que as descrevessem, seja do século XIX europeu, seja da América Latina contemporânea.

Passei a conhecer as revoltas operárias, camponesas, anti-colonialistas. Onde estavam as mulheres? Nada! Em lugar nenhum. Eu era cega a elas, nem passava pela minha cabeça que deveria procurá-las. Imagine! E isso apesar daquele movimento sufragista inglês e americano tão brutal que depois eu viria a estudar. Elas não estavam nas leituras e cursos que tomei. Eu cega, e também cega a História das revoluções!

Fiz um trabalho sobre Rosa Luxemburgo, encantada com seu radicalismo ao lado de Clara Zetkin, e nem por isso as olhei com um olhar feminista, embora ambas lutassem contra a discriminação. Eram revolucionárias mulheres, ponto final. E olha que foi Clara Zetkin quem propôs o Dia Internacional da Mulher no II Congresso da Internacional Socialista, em 1910.

O tema era invisível...

Até o dia em que chegou a famosa carta com sua simples pergunta!

Naquele momento, assim de supetão, eu me enxerguei. Entendi quem eu era. Entendi meu lugar de filha, irmã, mulher, mãe.

Tive raiva. Tudo veio assim, entender e ter raiva, muita raiva. Raiva do que eu era, do que me tinha feito assim – sem ainda ter qualquer noção de patriarcado e tudo o mais que representa. Ao mesmo tempo em que passei a me amar. De repente eu era importante! Não precisava mais procurar fora de mim a revolução. Eu era, naturalmente, parte dela!

Imagino que você também tenha se sentido assim quando descobriu a palavra feminismo, conforme conta! Um momento lindo de renascimento, literalmente!

Passei a ser radical. Tudo eu traduzia em termos feministas. Os óculos patriarcais que me impediram de me ver se tornaram óculos feministas em que tudo se reduzia, tudo se explicava! Só lia literatura feminista, na ânsia de colocar uma explicação no que sentia e via. Da leitura da carta fui logo ao telefone chamar minha amiga Maria Malta Campos, que como eu estava ali acompanhando o marido estudante. Todas as brasileiras que estavam em Berkeley eram acompanhantes...Cuidavam da casa e de seus filhos e não tinham como estudar também. Eu era a única estudante oficial, e tinha de me virar, porque meu casamento era baseado na divisão tradicional de papéis e nem me passava pela cabeça que poderia ser diferente, embora eu, como ele, tivesse a mesma responsabilidade de estudante.

As brasileiras faziam parte – silenciosas - do grupo de debates ou coisa que o valha formado pelos nossos maridos para discutir a situação brasileira. Propus à Maria que formássemos um grupo só com mulheres. Ela imediatamente aderiu, dizendo que tinha já pensado nisso.

Foi assim meu primeiro grupo de reflexão, uma iniciativa espontânea sem mais objetivo que falar e escutar. Logo naquele primeiro encontro as “silenciosas” que éramos abrimos a boca, como se estivéssemos sempre esperando poder dizer o que quiséssemos. Lembro de duas histórias, sem sequer lembrar dos nomes. Uma contou ter sido molestada por seu tio e nunca ter falado sobre isso! Outra contou que morava em uma cidade do interior de São Paulo e foi convidada pelo rapaz mais popular do grupo para sair. Animada, conversou bastante. Quando ele a levou de volta a casa deu-lhe um conselho:

que não se mostrasse tão inteligente porque assim não acharia marido! Ela crente que estava abafando! Nesse dia resolveu que não ficaria naquela cidade.

Esses dois exemplos do que eram nossos grupos e o quanto nos foram importantes para reforçar a autoestima, dar-nos força para o que desse e viesse – e veio mesmo muito, nesse processo de destruição e reconstrução.

Voltamos ao Brasil em 1972 e fui fazer Mestrado em Ciências Políticas no IUPERJ, já com a intenção de que minha tese tivesse um tema feminista. Tão radical era que não entendia que uma estudante não se concentrasse nesse tema! Era como se o fato de ser mulher se traduzisse em missão. Assim ao menos eu o vivia.

Isso foi em 1973. Formamos nosso primeiro grupo de reflexão. O emocionante nesses grupos era que a gente ia descobrindo que as angústias, as carências, as ansiedades que pensávamos ser só nossas eram compartilhadas. “O pessoal é político” começou aí, nesses grupos de intercâmbio de emoções.

Como você vê, as revoluções começam pequenas mas se encontram campo fértil reproduzem-se. Estávamos sem o saber germinando algo de imenso, que viria a confrontar em sua base mesma todo um sistema secular e enraizado na cultura em suas diferentes manifestações. Em nossa leitura do patriarcado não sobrava pedra sobre pedra – tal era nossa revolução, ainda inacabada e que vocês herdaram e levam adiante.

Foi esse primeiro grupo que organizou em junho de 1975 a “Semana de debates sobre o papel da mulher na sociedade brasileira”, com o apoio da ONU e da ABI, para marcar o Ano Internacional da Mulher, e que passou a ser considerada como o pontapé inicial dessa segunda etapa do movimento de mulheres. Essas duas instituições deram legitimidade a uma chamada pública que se temia fosse reprimida, como o era qualquer evento que pudesse ser interpretado como movimento político de oposição.

Não tínhamos obviamente ideia de que estivéssemos fazendo História, abrindo a possibilidade para o que se revelou ter sido um primeiro momento público dessa chamada 2ª onda. Acho que o resto já se sabe, já muito foi escrito e contado em entrevistas.

O que eu gostaria de deixar para esse novo movimento? Não sei mesmo. Vocês são já a 2ª ou 3ª geração depois da nossa, têm uma experiência de vida por demais diferente, vêm já com toda essa História acontecida. Como nós, que nascemos já com o

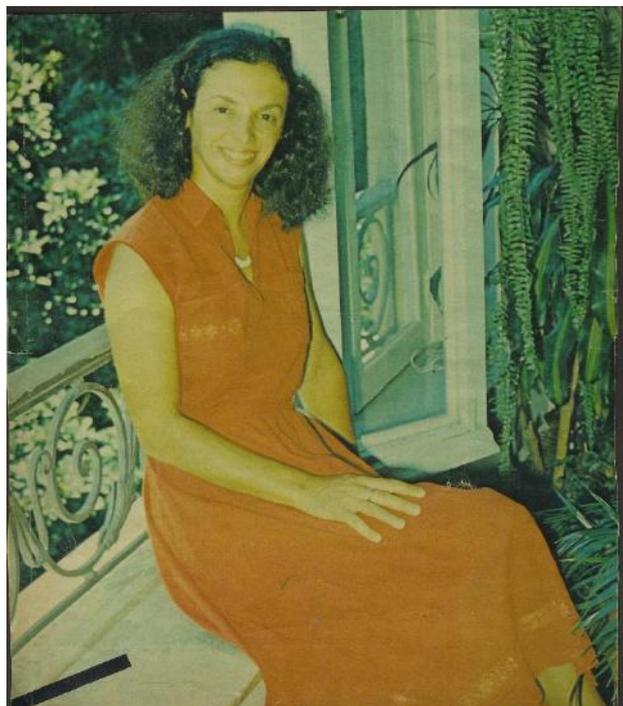
direito de voto e nem percebíamos, nem nos interessava, o quanto havia sido difícil obtê-lo! Como nós, também, que nascemos já com o direito a cursar uma universidade, e nem nos dávamos conta do que teria sido não poder fazê-lo – vide Virginia Woolf em seu famoso ensaio.

Amo vê-las herdeiras nossas, combatentes, avançando além do que nós mesmas sequer imaginávamos – como deve ser nas novas gerações. Mas me entristece reconhecer as mesmas bandeiras de 40 anos atrás: violência, direitos reprodutivos e direito ao aborto, igualdade salarial, acesso às posições de liderança em todos os níveis e, ainda, a dupla jornada!

Acho que a luta se tornou ainda mais difícil. Os inimigos são fortes e organizados, levam sua mensagem de retrocesso a um número maior e podem ser mais deletérios. Por outro lado, os mesmos canais nos servem para nossa mobilização e intercâmbio.

Esse o desafio de vocês.

Branca.



**Figura 3.** Foto colorida de Branca Moreira Alves, em 1981. Fonte: Arquivo Pessoal

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As respostas de Zezé, Jacqueline e Branca representam, antes de tudo, um gesto de generosidade, disponibilidade e simpatia. Elas dedicaram momentos de suas vidas, às vezes muito atribuladas, para contribuírem com um trabalho acadêmico de uma pessoa que pouco conheciam, empenhadas em dialogar de maneira franca e sensível.

Seus relatos são um entrelaçamento entre a memória coletiva e a pessoal, entre questões íntimas e outras relacionadas ao que acontecia no momento histórico em que atuaram mais intensamente como ativistas. É curioso como a leveza com a qual são resumidas escolhas, afetos, legados familiares e experiências faz com que seus caminhos pareçam lineares e até mesmo simples, quando não são. Como expõe com franqueza Zezé, em sua carta: “Julia, enquanto você percebeu que ser feminista em 2013 era um pouco esquisito, imagine que em 1975 era perigoso, vivíamos em um regime governamental de Ditadura Militar.” Ler isso foi como cair. Uma queda vertiginosa que me forçou a deslocar e realocar minha posição de ativista feminista. Compreendi que o silêncio e o medo não são situações distantes de seus cotidianos, é experiência vivida e vívida. Experiências que serviram também ao ensinamento da resiliência e do enfrentamento da opressão.

“Memória é identidade”, Zezé me disse. Meu caminho como feminista é traçado pelo acúmulo de experiências que ela, Jacqueline e Branca se dispuseram a me relatar, cada qual atuando no movimento com uma dinâmica própria, mas carregando origens comuns. Para as três, o momento de descoberta do feminismo veio da inquietação. Jacqueline se encontrou de maneira lúdica: “Um dia eu tomei coragem e disse que não iria mais brincar com ele se Jane não fosse com Tarzan à selva”. Enquanto Branca se viu em um acesso de raiva por todas as formas de opressão que sofreu e também reproduziu: “Raiva do que eu era, do que me tinha feito assim [...]” Zezé, sabendo que não se encaixava muito bem nessa sociedade, foi à ABI ouvir as reflexões de Carmen da Silva sobre o papel da mulher na sociedade. Nunca mais foi a mesma.

Atestando as análises de Brigitte Diaz, a correspondência foi o exercício do “pensamento nômade”. Ao escrevê-la, refleti o tempo todo sobre mim mesma, como me comporto, como me visto – agora que tenho bolsos –, como voto, como cheguei até aqui; mas, também, sobre elas: minhas destinatárias, o que elas representam para minha

identificação como feminista. Assim, esse experimento também comprovou o que Diaz chama de a “gênese do eu”. Atada por cartas, fui tomada por uma vontade de construir meu “eu”, moldar minha identidade e ressignificar o movimento feminista pelas lembranças de mulheres que já o viveram.

As correspondências estão cheias de caminhos a explorar. Passei a encará-las como a dicotomia de ser um conteúdo epistemológico e também ser uma forma com que o ser humano lida com suas próprias lembranças. Memória essa que descortina vazios e esquecimentos. Para uma pesquisa futura, penso que ela pode ser melhor explorada em seu formato e técnica, redigindo correspondências à mão, porque foi surpreendente receber o texto de Zezé de próprio punho. A intenção é enviar muitas cartas ao movimento feminista, cada qual com apenas uma destinatária, explorando as mais diversas representações na política, na cultura, na ciência, desbravando até mesmo as fronteiras geográficas, pensando na importância dos esforços de internacionalização feitos pelas mulheres da segunda onda. A necessidade de estender a pesquisa está na oportunidade de explorar as cartas como um gênero que perpassa literatura e documentação, estabelecendo um terreno fértil para novas práticas narrativas.

À medida que este trabalho tomava forma, encontrei relações de proximidade com o que fez a escritora bielorrussa Svetlana Aleksievitch em sua obra “A guerra não tem rosto de mulher” (2016). Nela, a autora desenvolve uma linguagem própria para narrar a guerra, criando uma forma poética de lidar com esse objeto historicamente, rompendo com as crenças em torno da glória e do heroísmo masculino, em uma narrativa muito mais ligada ao sensível do que ao racional. Seu projeto consiste em ouvir mulheres que lutaram pelo Exército Vermelho, da União Soviética, durante a Segunda Guerra Mundial. Nas tropas, elas estiveram à frente de funções de combate — muitas voluntariamente — como atiradoras, pilotas de avião, soldadas no front. Um lugar até então reservado aos homens que foi ocupado por cerca de um milhão de mulheres (ALEKSIÉVITCH, 2016). Ao coletar suas memórias, ela mergulha na guerra através dos testemunhos, estabelecendo uma relação de intimidade, não no sentido frívolo, mas abrindo espaço para que essas mulheres sejam escutadas. “Recolho sentimentos, pensamentos, palavras cotidianas. Reúno a vida do meu tempo. O que me interessa é a história da alma, a vida cotidiana da alma. Aquilo que a grande história geralmente deixa de lado.” (ALEKSIÉVITCH, 2016; p. 27).

Em seu discurso na cerimônia do Prêmio Nobel de Literatura, em 2015, Svetlana afirmou: “posso dizer que sou uma ‘mulher-ouvido’”. O exercício da escuta enquanto vivência de afetos, oferece como aprendizado a alteridade, o que resulta no seu esforço declarado por diminuir a História até que ela tenha dimensões humanas (ALEKSIEVICH, 2016). A autora também afirmou não se contentar com a memória coletiva sobre o confronto: “[...] a história da guerra foi substituída pela história da vitória.” (ALEKSIÉVITCH, 2016; p. 35). Ao ouvir as mulheres, ela estabelece o limiar entre o discurso do Estado, essa de pujança, força, e heroísmo, e a narrativa do indivíduo. A imagem do tempo é o acúmulo de vozes que ela se propõe a resgatar.

Pensando nisso, compreendi que as respostas de Zezé, Branca e Jacqueline ressignificam a carta que enviei, funcionando não só como pontapé para criar uma documentação, mas também como um espaço para escutar um feminismo silenciado por um processo de esquecimento histórico. Jacqueline, em seu texto, preocupou-se em explicar os passos que seguiu para levar suas práticas feministas a organizações e instituições. Mais do que uma leitura cabal dos seus feitos, é fundamental entender tamanha a importância de sua realização, levando à institucionalidade um feminismo forçado à clandestinidade durante a ditadura militar. A correspondência cumpriu o papel de discurso habitado. Um espaço para Branca explicar, de forma breve e sincera, a dualidade de ser mulher e esposa e romper com as formas veladas de opressão que vivia, as quais ela coloca como “cegueira”, que foram superadas através da identificação com as experiências de outras mulheres.

Sem se ater às questões que coloquei, elas traçaram linhas contundentes sobre suas vivências feministas, cada qual em sua forma própria de encarar o movimento, cada qual em sua forma própria de encarar a mim como interlocutora. Como parte de uma juventude que precisa do passado para se conectar com o feminismo praticado hoje. Essa conexão significa também a compreensão sobre si mesma e o lugar que ocupa na história.

Posso dizer então, parafraseando Svetlana, que essa foi uma “carta-ouvido”, cuja função foi escutar, de modo figurado, uma onda feminista que navega silenciosa no mar da história. A maneira como a minha carta se colocou para elas foi a de um espaço para a escuta. Diante do tom de intimidade que empreguei na correspondência, a proposta das três foi a de se voltar para suas próprias experiências, mobilizando de forma objetiva e expositiva sua escrita. Sem qualquer tipo de imperativo retórico otimista, seus relatos

redefiniram a minha relação com o feminismo, compreendendo que a força da identidade com a ancestralidade é o que mantém o movimento das ondas. Entendo que a maior transgressão que podemos cometer é ouvir umas às outras, como elas fizeram em seus grupos de autorreflexão. Ensinando que virar do avesso o lugar que estamos habituadas a ocupar nos desequilibra. E cair tem sido um grande aprendizado.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. Editora Companhia das Letras, 2016.

ALMEIDA, Glaucia; HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: Identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. **Revista Gênero**, vol. 9, n. 1. Niterói, 2008

ALMEIDA, Heloísa Buarque. **Trocando em miúdos: gênero e sexualidade na TV a partir *Malu Mulher***. Revista brasileira de Ciências Sociais, vol. 27, nº 79. São Paulo, 2012

ÁVILA, Maria Betânia; CORRÊA, Sônia. O movimento de saúde e direitos reprodutivos no Brasil: revisitando percursos. In: GALVÃO, Loren; DÍAZ, Juan (Org.). **Saúde sexual e reprodutiva no Brasil**. São Paulo: Ed. Population Council, 1999.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. **Afro-Ásia**, n. 23, 1999.

BAKEWELL, Sarah. **No café existencialista: O retrato da época em que a filosofia, a sensualidade e a rebeldia andavam juntas**. São Paulo: Objetiva, 2017.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARTHES, R. **Resposta de Roland Barthes a Albert Camus**. Albert Camus em Português, 1997. Disponível em:  
<<http://revistapandorabrasil.com/camus/cartabarthes.htm>>. Acessado em 02/10/2016.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Cortez, 2005.

BLAY, Eva. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. In: BLAY, Eva; AVELAR, Lúcia (Org.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 65-98, 2017. .

CAMARGO, Maria Lúcia. Entre rasgos de verdade e olhar estetizante: as cartas de Ana C. **Estudos Feministas**, vol. 8, n. 2, p. 269-272, 2000.

CESAR, Ana C. O poeta é um fingidor. In. **Escritos no Rio**. Rio de Janeiro: UFRJ/ São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 105, 1993. .

CESAR, Ana Cristina. **A teus pés**. Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 2016.

CESAR, Ana Cristina. **Correspondência incompleta**. Rio de Janeiro: , ee-galáxia, Selo HB, 2016.

COSTA, Ana. Alice Alcântara. **O feminismo brasileiro em tempos de ditadura militar**. Labrys, Estudos Feministas, 2009. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/analice.htm>. Acessado em 01/06/2018.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Trad. L. Orlandi e R. Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DIAZ, Brigitte. **O gênero epistolar ou o pensamento nômade: formas e funções da correspondência em alguns percursos de escritores no século XIX**. Trad. Sandra Ferreira. São Paulo: EDUSP, 2016.

FARIA JUNIOR, Alfredo. G. de. Futebol, questões de gênero e co-educação. **Pesquisa de Campo**. Rio de Janeiro, n.2, 1995.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário**. São Paulo: Atual, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GONÇALVES, Tamara. Coord.; LAPA, Thaís de Souza. **Aborto e religião nos tribunais brasileiros**. / Coordenação de Tamara Amoroso Gonçalves. — São Paulo: Instituto para a Promoção da Equidade, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-Latino-Americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, n. 1. São Paulo, 2011.

GUATTARI, Félix; DELEUZE, Gilles. **Kafka: por uma literatura menor**. Autêntica, Rio de Janeiro, 2018.

LESSA, Patrícia. Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do Boletim Chanacomchana. **Revista Gênero**, v. 8, n. 2. Niterói, 2012.

LIMA, Maria José. “Há um certo desconhecimento do feminismo”. **Apresentação durante o evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher no restaurante Luigi’s**. Gravação realizada por Julia De Cunto no formato mp4. Rio de Janeiro, 08/03/2018.

LIMA, Maria José. “Tenho a impressão de que essa nova onda sabe muito pouco sobre a essência do movimento”. **Apresentação durante o evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher no restaurante Luigi’s**. Gravação realizada por Julia De Cunto no formato mp4. Rio de Janeiro, 08/03/2018.

LIMA, Maria José. **Acervo Feminista!** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <heloisa.buarque@gmail.com> em 13/03/2018. mar. 2018.

LIMA, Maria José. **Minha Trajetória: 1975-1985**. III Encontro Feminista Latino Americano. São Paulo, 1985.

MARQUES, Fernanda. **Ninguém mexe com a jovem e moderna doutora Bertha Lutz**. Artigo online, Agência Fiocruz de Notícias, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/ningu%C3%A9m-mexe-com-a-jovem-e-moderna-doutora-bertha-lutz>. Acessado em: 01/06/2018.

MARQUES, Tereza. **Bertha Lutz**. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

OLIVEIRA, Luana. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Militar (1964-1985). **Revista Periódicus**, v. 1, n. 7, p. 06-19, 2017.

PASSOS, Clarice. **A escrita de Carmen da Silva: as colunas" A Arte de ser Mulher"**. Monografia - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “Segunda Onda” – corpo, prazer e trabalho. In:

PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla B. (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PEDRO, Joana Maria; WOITOWICZ, Karina. O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. **Dossiê gênero, feminismo e ditaduras**. UDESC, 2009.

PIETRANI, Anélia. “As cartas não mentem jamais”: sobre cartas e diários na obra de Ana Cristina Cesar e Sylvia Plath. **XI Congresso Internacional da ABRALIC - Tessituras, Interações, Convergências**. São Paulo, 2008.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTO, Comba Marques. **Conversa com Danda** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <demajoli@terra.com.br> em 20/06/2010.

RESENDE, Otto Lara. O voo atropelado. In: **O príncipe e o sabiá: e outros perfis**. Editora Companhia das Letras, 2017.

RIOS, Flavia. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias:" não imagine que precise ser triste para ser militante"**. São Paulo, FAPESP, 2013.

SARMENTO, Rayza. **Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)**. UFMG, 2017.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos pagu**, n. 16, p. 31-48, 2001.

SHELLER, M. From social networks to social flows: rethinking the movement in social movements. In: **Social Movement Analysis: The network perspective conference**. Scotland, 2000.

SILVA, Carmen da. Este é o ano da Mulher. **Revista Claudia**. São Paulo, ano XV, nº152, pág 85-91, março/1975.

SOIHET, Rachel. Encontros e desencontros no centro da mulher brasileira (CMB) anos 1970-1980. **Revista Gênero**, v. 7, n. 2, 2012.

SOUSA, Lia; SOMBRIO, Maria; LOPES, Maria. **Para ler Bertha Lutz**. Cadernos pagu (24), janeiro-junho de 2005, pp.315-325.

VAINSENER, Semira. **Celina Guimarães Viana**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2008. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acessado em 01/06/2018.

## ANEXOS

### Anexo 1

#### **Depoimento de Jacqueline Pitanguy enviado à Maria José Lima para o evento “Conversa com Danda”.**

##### Conversa com Danda

Cheguei ao Brasil em meados dos nos 70, havia estudado sociologia na Bélgica, Louvain e depois no Chile, em Santiago. O marxismo me dava regra e compasso para entender o mundo e construir utopias. Dentre as grandes emoções de minha vida destaca-se a eleição de Allende com a promessa de um socialismo democrático. A memória da Alameda Central em Santiago, cheia de pessoas com o rosto iluminado pela esperança festejando o resultado da eleição, está nítida em minhas lembranças de jovem estudante universitária de "esquerda" privilegiada por estar ali, naquele momento. Entretanto, na construção do socialismo não havia espaço para questões de gênero, nem de raça e etnia. O povo unido jamais será vencido era o slogan sempre presente, mesmo quando eram nítidos os sinais de que os anos de chumbo se aproximavam...

E povo não tinha sexo, nem raça, quando muito classe social... Chego ao Brasil grávida, e logo depois do nascimento de minha filha, começo a trabalhar no Departamento de Sociologia da PUC em uma pesquisa sobre Força de Trabalho no Brasil, e me deparo com um continente até então submerso para mim, a discriminação das mulheres vista através das lentes objetivas da estatística. Senti que precisava conversar com outras mulheres e me senti sozinha em um espaço intelectual onde não cabia esta descoberta que mudaria minha vida. Procurei então contato com mulheres que estudavam mulheres, que as incluíam em seus projetos de democracia e igualdade e encontrei Branca Moreira Alves, Leila Linhares Barsted, Mariska Ribeiro, Sandra Azeredo, dentre muitas outras que se reuniam para estudar, refletir. Não me lembro exatamente quando conheci Danda Prado, mas ela representava a vanguarda do feminismo, vinha da França, era educada, elegante em seus gestos, pausada em sua maneira de falar ao mesmo tempo em que fazia revoluções em sua vida íntima, assumindo-se como lésbica depois de percorrer os caminhos do casamento e da maternidade e comprometendo-se com o feminismo como movimento político, que nos levava a inacabáveis reuniões no Centro da Mulher Brasileira, em Coletivos e grupos de

Reflexão. Danda, mesmo morando há muitos anos em São Paulo, é uma referência no movimento feminista do Rio de Janeiro. Para ela, minha admiração e afeto.

Jacqueline Pitanguy

## Anexo 2

### **Depoimento enviado de Branca Moreira Alves enviado à Maria José Lima para o evento “Conversa com Danda”.**

Conversa com Danda

Como se vê, minha vida é pré- e pós uma carta da Danda.

Chamo esse momento, aos meus 32 anos, de meu "estalo de Vieira" - só que não foi o Espírito Santo que me transformou... foi uma feminista!

Eu morava já há 2 anos em Berkeley (1970/1972), onde meu marido fazia um Mestrado e eu juntava ao cuidado de 2 crianças (sem babá, óbvio!) e da casa, completar meu curso de História que havia começado no Rio. Os papéis sociais eram bem definidos, sem questionamento, apesar do ressentimento surdo e ainda não analisado do meu "mal que não tem nome", como bem nomeou Betty Friedan!

Alguns dos brasileiros que estudavam em Berkeley formaram um grupo para ler e discutir a “realidade brasileira”. Não tenho ideia de como esse grupo começou. Era o tempo da ditadura do General Médici. A “realidade brasileira” era guerrilha e repressão.

O grupo era formado principalmente por casais, dos quais só os homens eram estudantes. As mulheres éramos todas mães de crianças pequenas. Apenas eu estudava formalmente. Maria Malta Campos era ouvinte e as demais cuidavam da casa tempo integral. No grupo só os homens falavam. Nós escutávamos. Não tínhamos nenhuma outra forma de contato entre nós. Só Maria e eu, porque éramos vizinhas e as crianças brincavam juntas.

O dia da minha virada veio com uma carta que recebi da Danda Prado. Tínhamos nos conhecido quando eu acompanhava o julgamento de seu pai, Caio Prado Jr. (historiador e editor da Editora Brasiliense), que tinha sido preso (aos 63 anos!) como subversivo. Eu cumpria minha tarefa de informante para o “*Front Brésilien d’*

*Information*”, jornal editado pelos exilados em Paris, acompanhava os julgamentos no Rio e mandava as informações para meu irmão Marcito através de mamãe (Branca de Mello Franco Alves).

Mamãe, aliás, cumpriu papel importante nessa corrente de denúncias que ajudou a finalmente derrubar a ditadura. Aproveitava o fato de ser a representante dos leigos da América Latina no Conselho de Leigos do Vaticano para levar informações passadas pelas mães ou pelos advogados dos presos políticos.

Danda depois se auto-exilou em Paris e entrou para um grupo de feministas latino-americanas. Sentei-me na poltrona para ler a carta. Contava do grupo e perguntava: “O que você acha do movimento feminista?” Fiquei estupefata! Eu tinha achado tudo dos movimentos de esquerda latino-americanos. Tinha escolhido os cursos e as leituras para me informar sobre o Chile de Allende, o Peru de Alan Garcia, a Cuba de Fidel, os movimentos operários europeus. Conhecia a história do Partido Social Democrata alemão. Tinha lido os barbudos todos, as revoluções todas. Imaginava-me – embora sem muita convicção – como enfermeira e mensageira de guerrilheiros, escondendo armas no carro enquanto fingia ser apenas mãe e dona-de-casa cumprindo suas tarefas de levar crianças prá lá e prá cá e fazer as compras.

No fundo sabia que não me encaixava. Não poderia ser “vanguarda do proletariado” misturando-me com operárias em uma fábrica – como fizeram os militantes dos partidos clandestinos – porque meu tom de voz, minha forma de falar, minha expressão corporal me denunciaria. Sabia que uma “enfant de Sion” que carregava sua classe incorporada. Por quê então nunca tinha “visto” o movimento feminista? Era aliada ideológica de operários e camponeses, de negros (acompanhava os Black Panthers) e colonizados, cuja opressão queria exterminar revolucionariamente. Por quê não tinha visto as mulheres? Tão perto e tão invisíveis!

Ali, sentada naquela poltrona, passei a ver. Vi quem eu era, vi o que me tinha feito. Minha posição na família, no casamento, na vida. Tudo ficou explicado de repente, sem ter de ler ou ouvir nada mais. Levantei-me e fui para o chuveiro. Passava a mão pelo meu corpo consciente, me amando, pela primeira vez! Reconhecia o quanto era maravilhoso ser mulher! Não tinha apenas que me conformar com o fato irremediável. Era bom! E era

algo com o qual podia me identificar. Era uma causa política. Não precisava buscar mais. Ali eu me encaixava!

Liguei para a Maria Malta Campos. Perguntei o que ela achava de fazermos um grupo só de mulheres. Das mulheres esposas dos estudantes. Intuí o “grupo de reflexão” (ou “consciousness raising group” inventado pelas feministas americanas), sem nunca ter ouvido falar nisso. Intuí que juntas, sem nossos homens, alguma coisa iria acontecer. Tudo isso sem refletir ou analisar. Assim de chofre, da poltrona para o telefone. Maria respondeu na hora, dizendo que já havia pensado nisso, que era ótima idéia.

Assim, sem sabermos, fizemos nosso primeiro “grupo de reflexão” feminista. E dito e feito, já na primeira reunião aquelas mulheres mudas desandaram. Uma contou ter sido abusada sexualmente por um tio e nunca ter falado sobre isso. Outra contou que resolvera deixar sua cidadezinha e mudar para S.Paulo quando o rapaz com quem tinha saído e com quem pensava poder namorar disse ao deixá-la de volta em casa: “Você é muito bonita mas não devia se mostrar tão inteligente senão ninguém vai querer te namorar.” O choque foi grande o bastante para entender que ela não poderia continuar ali!

No dia seguinte fui pela primeira vez a uma livraria feminista. Havia quase dois anos que morava em Berkeley, conhecia as livrarias alternativas com seus panfletos e xerox dos textos de esquerda, mas nunca sequer havia ouvido falar daquela!

Era imensa a invisibilidade... O resto já se sabe! E como é bom relembrar o que fez de minha vida particular parte de um todo muito maior. Uma simples pergunta, colocada no momento certo, em campo fértil!

Assim é o processo de conscientização. quando começa, não tem volta! E é bom demais saber que não vivemos isoladas com nossas emoções!

Beijos,

Branca

### **Anexo 3**

**Carta de Maria José Lima para a autora, escrita em 19/05/2018**

Lebl (RS) 19.5.2018

Lúcia,

A minha aproximação com o Feminismo enquanto movimento de mulheres aconteceu em um evento patrocinado pela ONU em 1975 - Ano Internacional da Mulher, celebrado no México, onde o Brasil foi representado por Bertha Lúcia Jilic Pittz.

Em uma articulação do Escritório de ONU com a ABE-RJ realizou-se a "Semana de Pesquisas sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira". Marlene Greupell advogada da FINEP deu um anúncio sobre esse evento no trabalho, com boa vontade bateu em minha porta e me convidou para ir às portas assistir as atividades anunciadas, no Centro de Rê. As ideias expostas pelas conferencistas me tocaram profundamente e me centri em sintonia com elas, apesar de não ambicionar pessoalmente um pé naquela ambiente. Eu me encontrei com a apóstata de Caran de Silva - de quem eu era leitora na Revista Claudine e com o Celso Furtado (parabéns residente em Paris) que orientou o público a fazer a leitura do livro de <sup>Helena</sup> Elena Gennini Bollobi "Educar para a Submissão" como ponto de partida para entendermos a origem das submissões das mulheres em todos os domínios de vida.

2

Ao final do evento os organizadoras  
 propuseram ao público que continuassem  
 a nos reunir para aprofundar os temas  
 tratados. Ingrid Stein, residente no Paredão  
 Laranjeiras ofereceu o próprio apto para  
 as reuniões na semana seguinte.

Eu novamente fui com a Madeline, nessa  
 reunião foram formados grupos por afinidade  
 de interesses, como Direito, Cinema, Tênis,  
 além de se abrir um resumo de matérias  
 que nos interessavam por nenhum dos  
 temas propostos, alguém falou "Eu quero  
 participar de um grupo que lidaria do  
 "KADIA" assim formamos o 1º grupo de  
 auto-consciência de pessoas de mulheres do  
 Rio de Janeiro. Adquirimos o livro de  
 EGB com capítulos de cada uma ler  
 um capítulo e discutir uma vez por semana  
 associando o assunto <sup>livro</sup> a nossa experiência  
 pessoal.

Fomos decididos que uma vez por mês há  
<sup>mes</sup> reuniões <sup>com</sup> todos os grupos para  
 trocar as experiências vivenciadas em  
 cada pequeno grupo e elaborar um programa  
 de ações conjuntas. Esta foi a gênese  
 de criação do "Centro das mulheres brasileiras".

Lúcia enquanto viveu parabéns que seu Femi-  
 nista em 2013 era um pouco esquisito, ima-  
 gine que em 1975 era periférico, vivíamos em  
 um apartamento gerencial de Botafogo Militar.

Lúlia em imagens que o seu desejo de  
 conectar a sua história pessoal com a  
 nossa vai além de um "impulso li-  
 terário"? Significa que você quer achar onde  
~~se encontra~~ <sup>encontrar</sup> sua emergência de ativista feminista  
~~se encontra~~ na história de suas  
 antecessoras. Memória é identidade. Você só vai  
 conseguir ter uma certa ideia de seu <sup>você</sup> e  
 enquanto Feminista quando dispuser das  
 referências a respeito do campo que foi preciso  
 do por outras feministas para entender onde  
 você está ~~no mundo~~ <sup>no mundo</sup> neste mundo.  
 Lúlia existe muitos projetos de historiografia  
 Feminista no Brasil o que nos falta são  
 historiadoras/es com cultura feminista que  
 entendam que a Teoria Feminista se refere  
 aos estudos sistemáticos de condições das mulheres,  
 seu papel na sociedade e as vias para obter a  
 sua emancipação. Na maioria parte dos vezes  
 descrevem "até a origem de palavras  
 "Feminismo" que é originária do francês  
 "Féminisme" dicionarizada em 1847 com  
 doutrina que visa a extensão dos papéis femininos.  
 Depois de ~~estes~~ <sup>estas</sup> anos de prática femi-  
 nista em concordância com o conceito de  
 que "O Feminismo é um movimento político  
 intefusl contra o Sexismo em todos os terrenos  
 (jurídico, ideológico, e sócioeconômico) que expõe  
 a luta das mulheres contra qualquer forma de  
 discriminação."

4  
Lúcia eu me conecto com o feminismo praticado no universo, aceito pela imprensa seus desdobramentos na sociedade e vez por outra falamos para plateias como a que encontrei na 1ª e a 2ª no Restaurante Luigi's no 8.3. pp.

De 1975 até hoje eu performei muitas oficinas de criatividade, expressão e sensibilidade para mulheres de diversas organizações, fiz apresentações em diversos Estados do País; viajei para participar de Eventos Feministas por grande parte do Brasil e para os Países França, Espanha, Itália, Costa Rica, Israel, Argentina, Peru, Colômbia, Uruguai, México, Suíça, sempre auxiliando algo novo no meu universo feminino.

xx  
Zeze